

Universidade do Estado de Santa Catarina

Série **ANAIS**

Flórianópolis, 16 a 18 de abril de 2019

I ENCONTRO DE RDA NO BRASIL

Anais do
I Encontro de RDA no Brasil
Florianópolis, 16 a 18 de abril de 2019



Florianópolis: UDESC/FAED, 2019

I Encontro de RDA no Brasil – Florianópolis – SC, 16 a 18 de abril de 2019 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED)
Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação
Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo)

Comissão organizadora

Ana Maria Pereira – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Fabrício Silva Assumpção – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Marcelo Votto Texeira – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC)

Apoio

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Santa Catarina (SENAC-SC)

Ficha catalográfica. Anais do RDA

E56a Encontro de RDA no Brasil (1.: 2019 : abr. 16-18 : Florianópolis, SC)
Anais do I Encontro de RDA no Brasil, Florianópolis, 16 a 18 de abril de 2019 / (Orgs.)
Ana Maria Pereira ; Fabricio Assumpção ; Marcelo Votto Texeira. -Florianópolis : Editora da UDESC, 2019.
100 p. : il. Color.

Instituições Organizadoras: Universidade do Estado de Santa Catarina. Senac
Apoio: Capes.
Disponível em: www.rdanobrasil.or
ISBN: 978-85-8302-179-7

1. Resource Description and Access. 2 – RDA no Brasil. 3. Catalogação. I. autor. II. Título

025.32 (CDD)



Esta publicação está disponível sob os termos da
Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Comissão Organizadora

Ana Maria Pereira – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Fabrício Silva Assumpção – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Marcelo Votto Texeira – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC)

Comissão de apoio à preparação dos anais

Juliana Alves da Costa – UDESC
Priscyla Rodrigues da Silva – UDESC

Comissão Científica

| | |
|---|---|
| Ana Carolina Simionato – UFSCar | Luciana Candida da Silva – UFG |
| Ana Maria Pereira – UDESC | Marcelo Votto Teixeira – SENAC |
| Angela Halen Claro Franco – IFSP | Maria Jose Veloso da Costa Santos – UFRJ |
| Araci Isaltina de Andrade Hillesheim – UFSC | Naira Christofolletti Silveira – UNIRIO |
| Brisa Pozzi de Sousa – UNIRIO | Paula Regina Ventura Amorim Gonzalez – UFES |
| Cristina Dotta Ortega – UFMG | Priscilla Lüdtke Espíndola – Ayty CRM BPO |
| Denise Mancera Salgado – TCMSP | Rachel Cristina Vesú Alves – UNESP |
| Fabiano Ferreira de Castro – UFSCar | Raquel Bernadete Machado – UFSC |
| Fábio Rogerio Batista Lima – SENAC | Rodrigo Aquino de Carvalho – FURG |
| Fabrício Silva Assumpção – UFPR | Vinicius de Souza Tolentino – UNIRIO |
| Fernando Luiz Vechiato – UFRN | Zaira Regina Zafalon – UFSCar |
| Filipe Reis – UFG | |

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 7 |
| A catalogação em RDA: percepções e conhecimentos dos bibliotecários(as) de Santa Catarina | 8 |
| Orestes Trevisol Neto, Joviane Sedosvki Borin | |
| A implantação do RDA na University of Illinois at Urbana-Champaign | 15 |
| Liliana Giusti Serra | |
| Apresentação de registros relacionados no catálogo com aplicação dos conceitos do RDA | 20 |
| Liliana Giusti Serra | |
| As influências de Seymour Lubetzky na catalogação descritiva no século XXI | 26 |
| Alessandra Atti, José Fernando Modesto da Silva | |
| BIBFRAME: panorama de iniciativas em bibliotecas | 31 |
| Ana Carolina Simionato, Morgana Carneiro Andrade, Felipe Arakaki, Paula Regina Ventura Amorim Gonzalez | |
| Cutter e o objetivo do catálogo na Representação Descritiva sob a AACR e a RDA | 39 |
| Fernando Modesto, Marcos Leandro Freitas Hübner | |
| Ensino de RDA: relato de experiência a partir do manual “The RDA workbook” de Margaret Mering | 46 |
| Cintia de Azevedo Lourenço, Célia da Consolação Dias | |
| Ensino do código RDA: processos e desafios na implantação no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás | 55 |
| Filipe Reis, Luciana Candida da Silva | |
| O contexto tecnológico do desenvolvimento do RDA | 62 |
| Raildo de Sousa Machado, Zaira Regina Zafalon | |
| Ponto de acesso para pessoa: uma análise dos requisitos do FRAD e RDA | 67 |
| Maurício Coelho da Silva, Caterina Groposo Pavão, Rene Faustino Gabriel Junior | |

| | |
|--|-----------|
| Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA | 73 |
| Cleide Vieira de Faria, Cíntia de Azevedo Lourenço | |
| | |
| Questão de gênero: considerações sobre a inclusão de gênero em registros de autoridade | 81 |
| Luiza Wainer | |
| | |
| RDA en las aulas: una experiencia docente | 89 |
| Filiberto Felipe Martínez Arellano, Patricia de la Rosa Valgañón, Ma. de los Ángeles Espino Rivera | |
| | |
| Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição | 94 |
| Fabiola Rubim Silva, Uiara Gonçalves Soares | |

Apresentação

Nesta publicação, reunimos os trabalhos apresentados durante o **I Encontro de RDA no Brasil**, realizado de 16 a 18 de abril de 2019, em Florianópolis – SC. O Encontro, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e pelo Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), teve entre seus apoiadores a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Santa Catarina (SENAC-SC), cujas contribuições foram primordiais para a concretização do evento.

Criado a partir da tradição catalográfica anglo-americana, o *Resource Description and Access* (RDA) tem sido discutido e aplicado para a representação de recursos informacionais em instituições de diversos países. No Brasil, apesar de encontrar-se em um estágio inicial de implantação, o RDA suscita discussões em trabalhos acadêmicos e em eventos da Ciência da Informação, discussões essas que nos motivaram para a proposição de um espaço dedicado ao pensamento crítico acerca desse novo instrumento de trabalho. Surgiu, assim, o I Encontro de RDA no Brasil.

No decorrer da organização do Encontro, fomos positivamente surpreendidos não só pela quantidade de pessoas interessadas em participar do evento, mas, também, pela quantidade de pesquisas e de relatos de experiência submetidos para apresentação. Trabalhos oriundos de diversas regiões do Brasil e do exterior, de autoria de profissionais e de acadêmicos da graduação, da pós-graduação e da docência, que relacionam o RDA à prática e ao ensino da Catalogação, ao controle de pontos de acesso, aos ambientes digitais e aos padrões de metadados, abordando aspectos teóricos, históricos, tecnológicos e práticos da Catalogação.

Na avaliação e seleção desses trabalhos, contamos com o apoio de uma Comissão Científica composta por profissionais e pesquisadores de dezesseis instituições, aos quais reafirmamos nossos agradecimentos.

Com a publicação desses anais, esperamos contribuir com a literatura nacional sobre Catalogação e, em especial, dar continuidade e visibilidade às discussões iniciadas em Florianópolis.

Comissão Organizadora

Junho de 2019

A catalogação em RDA: percepções e conhecimentos dos bibliotecários(as) de Santa Catarina

Cataloging in RDA: perceptions and knowledge of the librarians of Santa Catarina

Joviane Sedosvki Borin

Graduada em Biblioteconomia pela UNOCHAPECÓ. Bibliotecária da Faculdade de Educação Superior de Chapecó.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4214392162585860>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1667-7054>

E-mail: jovianes@unochapeco.edu.br

Orestes Trevisol Neto

Mestre em Ciência Informação pela UFSC. Bibliotecário da UDESC e professor do curso de Biblioteconomia da UNOCHAPECÓ.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7807691203923377>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5446-2153>

E-mail: orestes_tn@hotmail.com

Resumo

O RDA (Descrição e Acesso a Recursos) é o padrão de catalogação projetado para substituir o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano, Segunda Edição). Assim busca-se conhecer as percepções e conhecimentos dos bibliotecários(as) de Santa Catarina acerca da catalogação em RDA e sua adoção. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem mista, na qual foi aplicado um questionário, sua amostra é composta por 110 bibliotecários(as) vinculados no Conselho Regional de Biblioteconomia de Santa Catarina (CRB-14) que responderam à pesquisa. Constatou-se que os bibliotecários(as) conhecem pouco sobre as mudanças provocadas pelo RDA, desconhecem o software RDA Toolkit, os Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos, as bibliotecas que usam o RDA e 47% não acham viável a implantação do RDA. No entanto, acreditam que o RDA impacta principalmente na melhoria da recuperação da informação e na cultura organizacional dos bibliotecários, causando mudanças no processo de catalogação.

Palavras-chave: RDA. Catalogação. Biblioteconomia – Santa Catarina.

Abstract

The RDA (Description and Access to Resources) is a cataloging standard designed To replace AACR2 (Second Edition), as well as the search for knowledge and perceptions of librarians in Santa Catarina. About cataloging in GDR and its adoption. The research was considered as exploratory, with a mixed approach, it was not applied to a questionnaire, its measure is composed of 110 librarians registered in the Librarianship Council of Santa Catarina (CRB-14) that are answered in the research. The bibliographic programs (RDA Toolkit), the requirements for Bibliographic records and the use libraries of the RDA and 47% are not viable for the implementation of the RDA. However, what does the RDA

impact on the retrieval of information and the organizational culture of librarians, changes the cataloging process.

Keywords: RDA. Cataloguing. Librarianship – Santa Catarina.

1 Introdução

O RDA (Descrição e Acesso a Recursos) é um conjunto de instruções baseadas nos modelos conceituais, FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), FRAD (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade) e FRSAD (Requisitos Funcionais para os Dados de Autoridade de Assuntos) (OLIVER, 2011). Esse modelo de catalogação apresenta diretrizes que objetivam “melhorar a recuperação da informação, descrevendo detalhadamente os recursos informacionais e suas relações com outros recursos” (MACHADO; PEREIRA, 2017a, p.133).

O RDA estabelece um padrão para a descrição e o acesso dos recursos informacionais, remodelado e/ou projetado para o meio digital (FUSCO, 2011). Sua publicação ocorreu em 2010, no idioma inglês, apontando diferenças do AACR2, mas adaptável aos formatos MARC 21, Dublin Core, MODS (OLIVER, 2011). Com o RDA surgiu RDA Toolkit, ferramenta online (software) que gerencia os conteúdos e documentos relativos a norma e viabiliza a busca e navegação do seu conteúdo, mediante o pagamento de assinatura anual (AMORIM, 2017; OLIVER, 2011). Em 2016, existiam quatro traduções em andamento do RDA, sendo elas em chinês, francês, alemão e espanhol (RDA TOOLKIT, 2018). Em 2019, ao visualizar as configurações da ferramenta do RDA Toolkit identificam-se as seguintes traduções: alemão, catalão, espanhol, finlandês, francês, inglês, italiano e norueguês.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, mista e aplica um levantamento com o objetivo de conhecer as percepções e conhecimentos dos bibliotecários(as) de Santa Catarina acerca da catalogação em RDA e sua adoção. A pesquisa foi desenvolvida no período de 15 a 31 de outubro de 2018, com os bibliotecários(as) vinculados no Conselho Regional de Biblioteconomia de Santa Catarina (CRB-14), que conta com 1.658 profissionais registrados, sendo que 750 bibliotecários(as) encontram-se com registros ativos.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário elaborado no *Google Forms*, com perguntas fechadas, abertas e de múltiplas escolhas, fundamentado na pesquisa de Amorim (2017), considerando que essa pesquisa analisou a viabilidade técnica, tecnológica e profissional para a implantação do RDA nas bibliotecas da UDESC. Com base nas questões desenvolvidas na pesquisa de Amorim (2017), estabeleceram-se as seguintes questões que constituíram o questionário (com exceção da questão 10, as demais exigiram resposta obrigatória*):

1 - Em qual instituição você trabalha? * _____

2 - No seu trabalho, você desenvolve as atividades de catalogação? *

Sim

Não

3- Segundo Oliver (2011) o RDA é uma aplicação dos modelos conceituais de entidade-relacionamento denominados de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para os dados de Autoridades (FRAD) e Requisitos Funcionais para os dados de Autoridade de Assuntos (FRSAD), os quais servem para a modelagem de catálogos, que mapeiam a relação entre o dado que é registrado e as necessidades daqueles que o utilizam, ou seja, representam dados bibliográficos e de autoridades. Assim, o RDA são as novas diretrizes para a descrição dos mais variados recursos, e contempla a descrição de todos os tipos de mídia e conteúdo, sejam estes analógicos e/ou digitais. Com base no texto, responda: Você conhece o RDA? *

Sim

Não

Ouvi falar

4 - Se você conhece o RDA, você conhece o software RDA Toolkit (ferramenta online utilizada para disponibilizar a RDA por meio de assinatura)? *

Sim

Não

Ouvi falar

5 - Você conhece os Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos (FRBR)?*

Sim

Não

Ouvi falar

6 - Você consegue identificar as principais mudanças do AACR2 X RDA? *

Sim

Não

7 - Você considera viável a implantação do RDA na sua instituição? *

Sim

Não

8 - Quais impactos que a implantação do RDA pode proporcionar à instituição, ao catálogo e usuários? (Selecione até 3 alternativas). *

Financeiro

Capacitação dos servidores

Acesso à informação pelos usuários

Melhoria na recuperação da informação

Cultura organizacional dos bibliotecários - mudanças no processo de catalogação

Agilidade no processo de catalogação

Maior satisfação do usuário

Adaptação da política institucional de catalogação e os manuais de procedimentos

9. Você conhece alguma biblioteca no Brasil que utiliza o RDA? *

Sim

Não

10. Qual sua opinião sobre a adoção do novo código de catalogação? _____

O questionário foi enviado aos bibliotecários(as) de Santa Catarina por meio da lista de e-mail do CRB-14 e divulgado na sua Fan Page, com isso, obteve-se uma amostra de 110 respondentes.

2 Resultados

Os 110 respondentes atuam em 55 instituições, dentre elas bibliotecas municipais, estaduais, federais e privadas e ou outros espaços. Dos bibliotecários(as) participantes, 91% realizam atividades de catalogação e 9% realizam outras atividades ou não trabalham com catalogação. Quando questionados se possuem conhecimentos acerca do RDA, 53% dos participantes ouviram falar desse modelo, 31% afirmaram conhecer o RDA e 16% não tem conhecimento.

Quando indagados se conhecem o software RDA Toolkit, apenas 11% dos bibliotecários(as) afirmaram conhecer a ferramenta que gerencia o conteúdo da norma, documentos e funcionalidades, 24% afirmaram que ouviram falar do RDA Toolkit e 65% não conhecem. Quanto aos conhecimentos dos Requisitos Funcionais para os Registros

Bibliográficos (FRBR), 27% conhecem esse modelo conceitual, 24% ouviram falar e 49% não conhecem.

Quando questionados se identificam as principais mudanças dos AACR2 x RDA, 32% dos respondentes conseguem identificar as principais mudanças do AACR2 x RDA e 68% não identificam as mudanças. Sobre a viabilidade de implantação do RDA, 53% acreditam que a implantação do RDA é viável, apresentando melhorias para a catalogação e recuperação da informação e 47% acreditam não ser viável, devido aos impactos que o novo código pode apresentar a instituição e aos profissionais.

Os bibliotecários(as) indicaram os possíveis impactos que a implantação do RDA pode proporcionar à instituição, catálogos e usuários. Foram obtidas 296 respostas, tendo em vista que cada profissional poderia assinalar até 3 alternativas, entre as com maior índice estão: A melhoria na recuperação da informação (18%), Cultura organizacional dos bibliotecários(as) – mudanças no processo de catalogação (18%), Capacitação dos servidores (17%) e Adaptação da política institucional de catalogação e os manuais de procedimento (14%), com menor índice estão: Acesso à informação pelos usuários (10%), Agilidade no processo de catalogação (9%), Maior satisfação do usuário (7%), Financeiro (7%). Os impactos com maior frequência também foram indicados na pesquisa realizada por Amorim (2017), sobre a viabilidade de implantação do RDA nas Bibliotecas Universitárias (BU) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Em relação às bibliotecas que utilizam RDA no Brasil, observa-se que 16% dos bibliotecários(as) conhecem bibliotecas brasileiras que implantaram e utilizam o RDA e 84%, não conhecem bibliotecas que utilizam o RDA. Conforme Teixeira (2013, 2017), duas bibliotecas universitárias brasileiras se manifestaram quanto ao uso desse novo código, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Quando consultados sobre a adoção do novo código de catalogação, alguns bibliotecários(as) optaram por não responder ou afirmaram ter pouca informação/conhecimento para opinar. Considerando os profissionais que responderam à questão, fica evidente uma preocupação e certa insegurança, visto que alguns profissionais acreditam que seja pertinente a substituição, desde que tenham melhorias nos processos de catalogação, contribuindo com os serviços prestados pelas bibliotecas. Contudo, alguns relatam ser um bom instrumento de catalogação, que agrega novas instruções, no qual os profissionais precisam se aperfeiçoar. Destacam-se algumas respostas:

É importante e necessário para atender às novas demandas dos usuários. Pois o RDA é baseado em modelos conceituais, não é só mais a descrição bibliográfica. RDA apresenta o acesso à informação do objeto descrito como um todo (bibliotecário A);

Penso ser importante para melhor atender o usuário, descrevendo mais informações que consequentemente ampliaram os campos de busca para o usuário. Penso também no fato de descrever melhor os materiais nos mais variados tipos de suporte disponíveis na atualidade (bibliotecário B);

[...] acredito que o RDA vem para tornar a catalogação menos "regrada", mais prática, facilitando o trabalho do bibliotecário e também tornando os dados descritivos mais acessíveis e passíveis de utilização pelo usuário (bibliotecário C);

Acho interessante este modelo, mas acredito que só será utilizado no Brasil, quando for obrigatório. As mudanças implicam em tempo e dedicação e sabemos que as unidades de informação são carentes de recursos humanos (bibliotecário D);

Só irá acontecer quando houve um movimento mais forte nacionalmente para traduzir o RDA Toolkit para o português e capacitar os profissionais. [...]mesmo que uma determinada instituição resolva adotar o RDA seu OPAC precisa se adequar. E se as empresas fornecedoras não oferecerem as adaptações necessárias as iniciativas não conseguem ir adiante (bibliotecário F);

O RDA com base nos modelos conceituais é interessante para atender as tarefas realizadas pelos usuários, no entanto, a maioria dos softwares gerenciadores de biblioteca disponíveis nas bibliotecas brasileiras não comportam todas as inovações propostas pelo novo padrão RDA (bibliotecário G);

Não acho que as alterações trazidas pelo RDA sejam tão benéficas a ponto de compensarem os gastos e os esforços envolvidos da mudança (bibliotecário H);

[...] precisaria de capacitação para conseguir adotar esse código, a falta de domínio do RDA se torna no momento um empecilho para mudar (bibliotecário I);

Diante do exposto, Machado e Pereira (2017b) ao analisarem as contribuições teóricas que envolvem aspectos da catalogação e RDA em nível nacional e internacional, consideram que “a implantação do RDA ocorrerá em longo prazo, já que exige planejamento, treinamento e estudos, além do desenvolvimento de sistemas mais bem preparados para acomodar as inovações propostas pelo novo padrão”. (MACHADO; PEREIRA, 2017b, p. 96). Conforme já apontado, são raras as bibliotecas que adotaram o RDA no Brasil.

3 Considerações finais

Constatou-se a necessidade de aprimoramento da classe bibliotecária acerca da catalogação em RDA, os bibliotecários(as) precisam aperfeiçoar os conhecimentos por meio de capacitações, formações, etc. Acredita-se que os fatores que limitam a adoção do RDA pelas

bibliotecas estão refletidos no idioma do código (não está traduzido em português), no acesso ao software RDA Toolkit, (disponível para assinantes) e na estrutura dos sistemas de informação (softwares) das bibliotecas. Destaca-se a emergência de publicações e eventos científicos que abordem o RDA. Ademais, não há uma clareza de como as bibliotecas com acervo catalogado em AACR2 podem migrar ou adaptar-se para o RDA, até o momento poucas bibliotecas brasileiras adotaram esse modelo de catalogação.

Referências

AMORIM, Eli Regina da Silva. **Viabilidade de implantação da Resource Description and Access (RDA) na Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Análise do padrão RDA: um estudo aplicado em teses e dissertações em literatura e cinema. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 130-147, jan./abr. 2017a.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Aspectos da Catalogação e do RDA: contribuições teóricas da literatura nacional e internacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 89-101, maio/ago. 2017b.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011.

RDA TOOLKIT. **RDA in translation**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.rdatoolkit.org/&prev=search>. Acesso em: 07 nov. 2018.

TEIXEIRA, Marcelo Votto *et al.* Implantação do código de catalogação Resource Description And Access (RDA) Na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CBBBD, 27, 2017. Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1925/1926>. Acesso em: 09 ago. 2018.

TEIXEIRA, Marcelo Votto. O RDA no controle de autoridades do sistema de bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9, e ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2, 2013. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Centro de Convenções da Firjan, 2013. Disponível em: <http://www.abinia.org/catalogadores/53-196-1-PB.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

A implantação do RDA na University of Illinois at Urbana-Champaign

The implementation of the RDA at the University of Illinois at Urbana-Champaign

Liliana Giusti Serra

SophiA Biblioteca – Profissional da Informação. Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3828328663401491>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6788-2376>

E-mail: lgiustiserra@gmail.com

Resumo

Este artigo relata a experiência da implantação do RDA no sistema de bibliotecas da *University of Illinois at Urbana-Champaign*. São destacados os esforços para capacitação e motivação da equipe envolvida, iniciando com a consolidação de conceitos sobre o modelo de entidades, atributos e relacionamentos, seguindo pelas principais características do RDA, identificação de diferenças entre o AACR2 e o novo código, mapeamento do formato MARC 21 ao RDA e a criação de sítios da Web que reúnem diversas fontes de informação e as políticas estabelecidas pelo sistema de bibliotecas. A iniciativa motivou a equipe de bibliotecários que se empenhou em estudar e compartilhar seus conhecimentos com os demais profissionais. A pesquisa foi realizada com base na literatura e sítios identificados. O texto conclui que a iniciativa da UIUC contribui para subsidiar outras bibliotecas que estejam dispostas a implantar o RDA.

Palavras-chave: RDA. AACR2. MARC 21. University of Illinois at Urbana-Champaign.

Abstract

This paper discusses the experience of the libraries' system of the University of Illinois at Urbana-Champaign in the RDA implantation. The main point of the paper shows the training and motivation of the libraries staff, who was trained, beginning with the concepts of the model of entities, attributes and relationships, the main characteristics of RDA, the differences between RDA and AACR2, and the creation of websites to group the information and documentation in a single place. The local definitions for the implantation were created and are available for consult, functioning as a reference for the librarians. The staff was motivated to study and share the knowledge and experience with other colleagues. The research was prepared from literature and websites. It concludes that the UIUC initiative contributes to helping other libraries which are planning to implant the RDA.

Keywords: RDA. AACR2. MARC 21. University of Illinois at Urbana-Champaign.

1 Introdução

A implantação do Recursos, Descrição e Acesso (RDA) demanda planejamento prévio, principalmente em relação a capacitação da equipe da biblioteca. Este artigo descreve o

processo de implantação do RDA na rede de bibliotecas da University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC).

A UIUC foi a primeira biblioteca acadêmica norte-americana a iniciar o processo de implantação do novo código de catalogação, na mesma época que a Library of Congress (LOC), em março de 2013. A primeira iniciativa foi a capacitação da equipe da biblioteca, discorrendo sobre os conceitos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). Este texto descreve a experiência da UIUC na implantação do RDA.

2 Metodologia

Este artigo é uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de artigo de Jin e Sandberg (2014) relatando o processo de implantação do RDA na UIUC, consulta a sítios da universidade e do sistema de bibliotecas.

Foram levantadas as etapas do processo de implantação, destacando os treinamentos virtuais e presenciais ministrados, a criação de documentação e o suporte instrumental fornecidos aos bibliotecários.

3 University of Illinois at Urbana-Champaign

A *University of Illinois at Urbana-Champaign* foi fundada em 1867 e ocupa a 13ª posição entre as universidades públicas de acordo com a edição de 2018-2019 do *U.S. News & World Report Rankings*. Possui mais de 425.000 estudantes e oferece cursos em todas as áreas (LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN, 2019a).

Seu sistema de bibliotecas conta com 21 unidades físicas, 8 virtuais e inúmeros arquivos com coleções privadas. Seu acervo é formado por mais de 14 milhões de volumes e 24 milhões de itens em outros formatos, como 9 milhões de microfimes, 930.000 materiais audiovisuais, mais de 280.000 títulos de livros digitais, 12.000 filmes, 650.000 mapas e milhões de páginas de manuscritos (LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN, 2019a). A biblioteca possuía mais de 500 funcionários em 2011 (JIN; SANDBERG, 2014).

O sistema de bibliotecas da UIUC faz parte do *Consortium of Academic and Research Libraries in Illinois* (CARLI), formado por 130 bibliotecas que atendem cerca de 900.000 estudantes, professores e funcionários de instituições de ensino do Estado de Illinois (CONSORTIUM OF ACADEMIC AND RESEARCH LIBRARIES IN ILLINOIS, 2019).

4 Implantação do RDA

O artigo de Jin e Sandberg (2014) descreve a experiência da implantação, ocorrida no período de fevereiro de 2012 a março de 2013. A iniciativa foi coordenada pelo *Content Access Management* (CAM), grupo formado na biblioteca e responsável pela catalogação centralizada da UIUC. Primeiramente foram oferecidos *webinars* aos catalogadores. Estes eventos virtuais buscaram iniciar a familiaridade da equipe com o novo código, entretanto provocaram medo, intimidando o grupo. No começo da implantação muitos catalogadores ficaram desconfortáveis por ter que aprender novas regras depois de mais de 20 anos de trabalho. O ano de 2011 também marcou o pedido de aposentadoria de diversos profissionais que não quiseram trabalhar com o RDA (JIN; SANDBERG, 2014). Por outro lado, encorajou parte da equipe a estudar.

Treinamentos presenciais foram oferecidos aos bibliotecários abordando a descrição de monografias, organizado em quatro fases. Como o FRBR e o FRAD são os modelos conceituais sob os quais o RDA foi construído, constatou-se a necessidade de primeiramente capacitar os bibliotecários sobre estes temas, fornecendo base teórica sólida. Assim, o treinamento consistiu em conhecimento das entidades, atributos e relacionamentos do FRBR e do FRAD. A segunda fase do treinamento abordou os princípios do RDA, as principais diferenças entre o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2) e o fim da “regra de três”.

Todos os funcionários participaram dos treinamentos sobre FRBR, que abordaram o modelo de entidade, atributos e relacionamentos do Grupo 1, utilizando registros do acervo (a obra *E o vento levou*), facilitando a compreensão ao materializar os exemplos para o entendimento e diferenciação entre obra, expressão, manifestação e item. Também foram apresentados os relacionamentos do Grupo 2, descrevendo pessoas, instituições e famílias, com o Grupo 1, explorando os relacionamentos possíveis.

“Uma obra é criada por uma pessoa ou uma instituição. Uma expressão é realizada por uma pessoa ou instituição. Uma manifestação é produzida por uma pessoa ou instituição. Um item pertence a uma pessoa ou uma instituição” (JIN; SANDBERG, 2014, p. 223-224, tradução nossa).

A terceira fase constitui-se em capacitar a equipe no uso ao RDA Toolkit, visto que sua navegação é confusa. A quarta fase foi a aplicação de exercícios, praticando o que foi aprendido. Os exercícios realizados foram os propostos por Chris Oliver (*Introducing RDA: a guide to the basics*. American Library Association, 2010). Optou-se por iniciar a catalogação em RDA assim que os treinamentos foram finalizados, enquanto as informações estavam frescas na cabeça das pessoas.

Mesmo com os treinamentos ministrados, os bibliotecários não se sentiam confiantes para iniciar a catalogação em RDA. Alguns fatores foram identificados pelo CAM como dúvidas em relação às regras do AACR2, pontuações da *International Bibliographic Standard Description* (ISBD), formato *MACHINE-READABLE CATALOGING* (MARC 21), os diferentes níveis de conhecimento e experiência dos bibliotecários, dificuldades na interface e no manuseio do Toolkit etc.

Para sanar as dúvidas foram criadas páginas da Web reunindo todos os recursos e informações utilizadas nos treinamentos, como o acesso ao Toolkit, os manuais utilizados nas capacitações, vídeos, exercícios, mapeamento entre o MARC 21 e o RDA, orientações do Programa de Catalogação Cooperativa (PCC) da LOC, palestras e materiais diversos (LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN, 2019c). O sítio do CAM (<http://guides.library.illinois.edu/cam>) reúne diversos materiais como as normativas adotadas pela UIUC, *workflow* para catalogação de registros existentes ou importação de registros bibliográficos etc. As orientações para a criação de registros novos são as da *Online Computer Library Center* (OCLC). O acesso ao Toolkit é restrito à UIUC por tratar-se de um recurso licenciado e não desenvolvido pela equipe da UIUC.

Durante os treinamentos a equipe também iniciou atividades para atualizar a política de descrição do sistema de bibliotecas com aderência ao RDA (LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN, 2019b).

Reuniões eram realizadas para sanar dúvidas dos bibliotecários, criando um ambiente de estímulo ao aprendizado e troca de experiências.

Após a capacitação dos catalogadores, bibliotecários de referência e aquisição passaram por treinamentos. Também foram realizados ajustes nos dados para adequar os registros ao novo código.

5 Conclusão

A implantação do RDA no sistema de bibliotecas da UIUC foi realizada em um ano e contou com participação de todos os funcionários, embora em níveis diferentes. Os catalogadores receberam mais capacitações que os demais profissionais. Se no início o projeto causou medo e desconforto, com o decorrer das atividades criou-se um ambiente de aprendizado com troca de experiências e estudo entre os bibliotecários, que se empenharam para solucionar as dúvidas que apareciam enquanto catalogavam.

A iniciativa da UIUC contribuiu com a implantação do RDA nos Estados Unidos da América, proporcionando farto material aos bibliotecários de outras instituições, nacional e internacionalmente, interessados no tema.

Evidentemente o treinamento foi um dos processos de implantação. A conversão dos registros do AACR2 ao RDA também demandou a criação de estratégias e adoção de regras. Entretanto, o sucesso do projeto é creditado aos profissionais que se envolveram e empenharam para que fosse possível a implantação do RDA. O relato de experiência da UIUC contribui na definição de estratégias de implantação do RDA em bibliotecas brasileiras, calçado fortemente no estudo e ensino da nova normativa.

Referências

CONSORTIUM OF ACADEMIC AND RESEARCH LIBRARIES IN ILLINOIS. **About**. [Champaign], 2019. Disponível em: <https://www.carli.illinois.edu/about/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

JIN, Qiang; SANDBERG, Jane. Implementing RDA at the University of Illinois at Urbana-Champaign **Library. Technical Services Quarterly**, [United Kingdom], v. 31, n. 3, p. 217-236, 2014. DOI: 10.1080/07317131.2014.908585. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07317131.2014.908585>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN. **Collections overview**. [Champaign], 2019a. Disponível em: <https://www.library.illinois.edu/collections/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN. **Content Access Management (CAM): RDA local policies**. [Champaign], 2019b. Disponível em: <https://guides.library.illinois.edu/friendly.php?s=cam/policies/rda>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN. **Content Access Management (CAM): RDA resources**. [Champaign], 2019c. Disponível em: <https://guides.library.illinois.edu/cam/training/rda>. Acesso em: 30 jan. 2019.

UNIVERSITY OF ILLINOIS AT URBANA-CHAMPAIGN. **Illinois facts**. [Champaign], 2019. Disponível em: <https://illinois.edu/about/facts.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Apresentação de registros relacionados no catálogo com aplicação dos conceitos do RDA

Presentation of related records in the catalog with the application of the concepts of the RDA

Liliana Giusti Serra

SophiA Biblioteca – Profissional da Informação. Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3828328663401491>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6788-2376>

E-mail: lgiustiserra@gmail.com

Resumo

Este artigo discorre sobre o relacionamento de registros no catálogo da biblioteca. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de levantamento bibliográfico. Após análise da literatura consultada, relações entre registros foram construídas, apresentando o resultado para bibliotecários, no formato MACHine-Readable Cataloging (MARC 21), e para os usuários, no catálogo online. As relações apresentadas são entre edições, traduções e idiomas, representando expressões; e outros formatos físicos, configurando manifestações. As tags 7XX permitem a estruturação de relação de registros existentes no mesmo catálogo. A partir desta estrutura é apresentada interface do catálogo online onde os registros relacionados são visualizados pelos usuários, oferecendo novas formas de descobertas. O uso de tags 7XX para criar relacionamentos não resulta na adoção do RDA, mas permite ao bibliotecário vínculo entre registros e o preparo para a transição para adoção do novo código.

Palavras-chave: RDA. AACR2. MARC 21. Relacionamento de registros. Catálogo online.

Abstract

This paper analyses the record relationships in the library catalog. It is qualitative research prepared by a bibliographic review. The records' relationships were constructed, presenting the result for librarians, in the MACHine-Readable Cataloging (MARC 21) format, and for patrons, in the online catalog. The relationships presented are about editions, translations, and languages, representing expressions; and other physical formats functioning as manifestations. The tag 7XX allow structuring the relationship between records in the catalog and from this structure an online catalog interface is suggested to show the records for patrons, providing new options for discoveries. The usage of tag 7XX to create relationships does not mean the adoption of RDA but allow for librarians the contact with the new rules and prepare themselves in advance for the transition to RDA.

Keywords: RDA. AACR2. MARC 21. Record relationship. FRBR. Online catalog.

1 Introdução

Recursos, Descrição e Acesso (RDA) é o atual padrão de catalogação de registros bibliográficos. Ele é uma evolução da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-

Americano (AACR2) e foi elaborado a partir do modelo conceitual dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). Enquanto o AACR2 foi criado em um cenário centrado em publicações sobre suportes físicos, o RDA visa atender a descrição de qualquer tipo de material, tradicional ou não, em qualquer formato, compreendendo acervos analógicos e digitais (OLIVER, 2010).

Apesar de ter sido elaborado com base no AACR2, o RDA possui diferenças marcantes. Uma delas é a possibilidade de descrição de relacionamentos entre registros bibliográficos, oferecendo aos usuários a possibilidade de navegação entre os recursos do catálogo, ampliando as chances de descoberta. Este trabalho discute sobre os relacionamentos que podem ser construídos entre registros bibliográficos.

2 Metodologia

Este texto é uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica realizada em livros. Foram selecionados textos referenciais sobre o RDA de bibliografia estrangeira. Este fato não foi motivado por inexistência de estudos sobre o RDA no Brasil, mas para aproximar-se dos textos originais de pesquisadores e profissionais que já utilizam o RDA. A partir desta pesquisa, descrição de relações foram construídas, propondo interface para bibliotecários (MARC 21) e de a navegação para usuários no Catálogo Público Online (OPAC).

Apesar do padrão *Bibliographic Framework Initiative* (BIBFRAME) ser a iniciativa para a substituição do formato *MAchine-Readable Cataloging* (MARC 21), este trabalho considerou o MARC 21 para codificação e criação de relacionamentos entre registros. Esta escolha é decorrente do desenvolvimento do BIBFRAME ainda estar em curso, com versões beta em testes, não sendo recomendada sua utilização. Outro fato é que o RDA e o BIBFRAME estão distantes da realidade de bibliotecas brasileiras, o que implica em utilizar, pelo menos por enquanto, a aplicação de conceitos do RDA ainda com o MARC 21, preparando o bibliotecário para a transição da descrição e sua codificação.

3 Referencial teórico e discussões

Sistemas de biblioteca podem permitir que registros sejam relacionados, mesmo que a biblioteca ainda não tenha adotado o RDA como seu padrão de catalogação. Entretanto, não basta alterar a política para catalogar em RDA se os benefícios não são sentidos pelos usuários. A criação de relacionamentos demanda descrição bibliográfica e exibição dos dados

no OPAC para o usuário, permitindo que ele navegue entre os registros da coleção, de forma livre ou orientada.

Ao descrever os registros desta forma, é possível o agrupamento de dados, facilitando a descrição da obra, com identificação de edições e idiomas diferentes (expressões), variações no formato físico (manifestações) etc. De acordo com Oliver (2010), a estrutura do FRBR é composta por Entidade, Atributos (características da entidade) e Relacionamentos. As entidades estão distribuídas em três grupos:

Grupo 1: produções intelectuais ou artísticas, distribuídas em quatro conjuntos: obra, expressão, manifestação e item;

Grupo 2: os responsáveis pelas produções intelectuais ou artísticas. Os autores e/ou instituições;

Grupo 3: assuntos, conceitos, eventos, locais geográficos e entidades do Grupo 1.

No Grupo 1 as relações podem ser entre Obra, Expressão, Manifestação e Item. Uma Obra pode ter diversas Expressões, que por sua vez podem ter várias Manifestações, que podem ter diversos Itens. Entretanto, um Item pode ter somente uma Manifestação e cada Expressão pode ter somente uma Obra. Não existem restrições entre quantidade de Expressões e Manifestações que podem ser representadas (EL-SHERBINI, 2013).

As relações do Grupo 1 podem ser estruturadas no MARC 21 por meio de identificadores principalmente no subcampo |w (número de controle do registro) nas *tags* 76X a 78X. O número de controle é o identificador do registro bibliográfico e individualiza o registro em determinado banco de dados.

As *tags* 765 (idioma original), 767 (tradução) e 775 (outra edição) estabelecem relações de Expressões. A *tag* 776 (forma física adicional) registra relação de Manifestações. A *tag* 787 permite relações de naturezas diversas e confere liberdade ao catalogador ao relacionar registros. A Figura 1 apresenta exemplo de registro MARC 21 com relacionamentos estruturados no subcampo |w de *tags* 76X.

Figura 1 – Registro em MARC 21 com obras relacionadas

```

000 00392nam a2200157 a 4500
001 000055727
008 190121          por
100 1_ |a Telles, Lygia Fagundes |d 1923-
245 10 |a Ciranda de pedra / |c Lygia Fagundes Telles.
264 _1 |a Rio de Janeiro: |b Rocco, |c 1998.
300 __ |a 190 páginas.
336 __ |a texto |b txt |2 rdacontent
337 __ |a não mediado |b n |2 rdamedia
338 __ |a volume |b nc |2 rdacarrier
650 14 |a Romance - |z Brasil
767 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Nova York: Avon Books, c1986. |h 184 p. |t The Marble
dance |w 000055725 |7 p m
767 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Barcelona: Planeta, 1987. |h 197 p. |t La fuente de
pedra |w 000055726 |7 p m
767 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Cracóvia: Wydawnictwo Literackie, c1990. |h 208 p. |t W
Kamiennym kregu |w 000055724 |7 p m
775 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Lisboa: Livros do Brasil, c1954. |e por |f Portugal |h 252
p. |t Ciranda de pedra |w 000055728 |7 p m
775 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Lisboa: Presença, 2011. |e por |t Ciranda de
pedra |w 000055733 |z 9789722346450 |7 p m
776 __ |a Telles, Lygia Fagundes, 1923- |d Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. |t Ciranda de
pedra |w 000055732 |7 p m
787 __ |d Rio de Janeiro, RJ: Rede Globo, 2008. |h 50 minutos. |t Ciranda de pedra |w 000055730 |7 m
787 __ |d Rio de Janeiro, RJ: Rede Globo, 1981. |h 50 minutos. |t Ciranda de pedra |w 000055731 |7 m
    
```

Fonte: elaborado pela autora a partir de funcionalidade do SophiA Biblioteca.

Para que seja descrita a relação é necessário que os itens sejam recursos registrados da coleção. A *tag* 001 (líder) funciona como uma chave primária (ID), identificando o registro. Ao inserir o código de identificação do líder em um subcampo |w de *tags* 76X é possível criar um vínculo qualificado entre os registros.

A identificação dos vínculos, entretanto, não deve estar disponível de forma não compreensível ao usuário. O sistema deve permitir a navegação entre os registros relacionados de forma amigável, como um *link*, proporcionando boa experiência ao usuário. A Figura 2 apresenta os registros relacionados em forma de link que estão representados na Figura 1.

Figura 2 – Links para registros relacionados

| Detalhes | MARC tags | Dublin Core | Registros relacionados |
|----------|-------------------------------|--|--|
| | Inf. publicação | Livro - Português | |
| | Ent. princ. | Telles, Lygia Fagundes, 1923- | |
| | Título | Ciranda de pedra / Lygia Fagundes Telles. | |
| | Imprenta | Rio de Janeiro : Rocco, 1998. | |
| | Desc. física | 190 páginas. | |
| | Assuntos | 1. Romance - Brasil | |
| | Título tradução | The Marble dance | Título tradução |
| | Título tradução | W Kamiennym kregu | The Marble dance (Inglês) |
| | Título outra edição | Ciranda de pedra | W Kamiennym kregu (Polonês) |
| | Título forma física adicional | Ciranda de pedra | La fuente de piedra (Espanhol) |
| | Título de rel. não específica | Ciranda de pedra | Título outra edição |
| | Título de rel. não específica | Ciranda de pedra | Ciranda de pedra (Livros do Brasil, c1954) |
| | | | Ciranda de pedra (Presença, 2011) |
| | | | Título forma física adicional |
| | | | Ciranda de pedra (Audiolivro) |
| | | | Título de rel. não específica |
| | | | Ciranda de pedra (Telenovela, 2008) |
| | | | Ciranda de pedra (Telenovela, 1981) |

Fonte: elaborado pela autora a partir de funcionalidade do SophiA Biblioteca.

Ao utilizar o subcampo |w de tags 76X é possível incluir registros relacionados pelo MARC 21 para visualização do bibliotecário e recurso de navegação aos usuários para a consulta ao catálogo online.

4 Conclusão

A forma de representação de relacionamentos entre registros apresentada neste trabalho não é efetivamente uma aplicação do RDA, mas permite ao profissional bibliotecário a possibilidade de criar relações estruturadas entre registros. Ter somente a descrição em formato MARC 21, ou futuramente BIBFRAME, não é suficiente para o estabelecimento de links entre os registros. A estrutura proposta permite a criação de relações dos tipos Obra-Expressão e Obra-Manifestação, porém uma descrição preservando a hierarquia entre os registros não pode ser criada a partir deste modelo. São necessários mais elementos para distinguir os tipos de relações entre obras, expressões, manifestações e itens, de forma a permitir o compartilhamento de dados.

A partir do momento que as relações são estabelecidas somente dentro de um banco de dados, o compartilhamento de registros entre instituições fica comprometido, visto que o ID de um registro possui identificador diferente em cada base onde está armazenado. Esta situação talvez possa ser contornada com a adoção de identificadores de uso internacional, como os acervos de agências nacionais catalogadoras ou iniciativas como o *WorldCat* da *Online Computer Library Center (OCLC)*. Ao estabelecer identificadores únicos para registros

bibliográficos será possível a criação de registros que possuam relacionamentos e que possam ser compartilhados entre instituições. Provavelmente o caminho para alcançar este objetivo seja a web semântica, com o *linked data*.

Referências

EL-SHERBINI, Magda. **RDA: Resource Description & Access: strategies for implementation**. Chicago: American Library Association, 2013. 394 p. ISBN 9780838911686.

OLIVER, Chris. **Introducing RDA: a guide to the basics**. Chicago: American Library Association, 2010. E-book (141 p.). (Special reports). ISBN 9780838998908. Disponível em: <https://www.alastore.ala.org/content/introducing-rda-guide-basics>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

As influências de Seymour Lubetzky na catalogação descritiva no século XXI

Seymour Lubetzky's influences on the cataloging in the 21st century

Alessandra Atti

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (1998). Pós-graduação em Gestão Pública (2011). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI da ECA-USP.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6618336021556086>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7198-5087>

E-mail: alessandraatti@usp.br

José Fernando Modesto da Silva

Graduação (1980) e Mestrado (1989) em Biblioteconomia e Documentação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP. Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2001). Estágio Pós-Doutoral na Universidade Carlos III de Madrid, Espanha (2008/2009). Professor da Universidade de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1070631453914536>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0535-5471>

E-mail: fmodesto@usp.br

Resumo

As novas tecnologias têm criado e recriado formas de interação, novas identidades e novos hábitos sociais. Para acompanhar essa evolução, as bibliotecas necessitam de ferramentas que permitam maior interação do público com seus acervos de forma que viabilizem a evolução da sociedade da informação. À vista disso, o trabalho pretende abordar a democratização do uso e o acesso às coleções da Biblioteca por meio da aplicação dos modelos conceituais, fundamentada nos ideais de Lubetzky. As influências de Lubetzky na evolução dos catálogos e nas inovações tecnológicas em bibliotecas são investigadas com pesquisas bibliográficas e documentais. Os valores deixados por ele parecem ser uma importante herança da qual os catalogadores podem se valer em defesa da pertinência da função que desempenham e no desenvolvimento da catalogação centrada nos usuários.

Palavras-chave: Catálogos de bibliotecas. Modelos conceituais. Seymour Lubetzky.

Abstract

New technologies have created and recreated forms of interaction, new identities, and new social habits. To accompany this evolution, libraries need tools that allow greater interaction of the public with their collections in ways that enable the evolution of the information society. In view of this, the work intends to approach the democratization of the use and the access to the collections of the Library through the application of the conceptual models, based on the ideals of Lubetzky. Lubetzky's influences on the evolution of catalogs and technological innovations in libraries are investigated with bibliographical and documentary research. The values left by it seem to be an important inheritance

from which catalogers can rely on in defense of the pertinence of the function they perform and in the development of user-centered cataloging.

Keywords: Library catalogs. Conceptual models. Seymour Lubetzky.

1 Introdução

A necessidade de desenvolver novas ferramentas para a área de catalogação foi discutida na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (1961) e o seu propósito de servir como base para uma normalização internacional na catalogação foi alcançado (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009).

Em 2009, ao considerar os avanços tecnológicos do século XXI, esforços se desenvolveram para produzir uma nova declaração de princípios com foco nos catálogos bibliográficos e na sua conveniência ao uso do público. Isso reafirma que é nas tecnologias que a catalogação encontra o suporte para estabelecer um canal de comunicação entre o usuário e a informação.

Embora os estudos liderados pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) com foco no catálogo da biblioteca tenham avançado com os modelos conceituais FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*), FRAD (*Functional Requirements for Authority Data*), FRSAD (*Functional Requirements for Subject Authority Data*) e LRM (*Library Reference Model*) para modelagem de dados nos sistemas de informação, no Brasil parece haver certa distância entre a teoria e prática na aplicação desses modelos. Neste trabalho, entende-se que a falta de ferramentas que colaborem com a democratização do acesso à informação pode ser um dos fatores de esvaziamento do público das bibliotecas.

Ao se recorrer à literatura, em busca de formas inovadoras na catalogação e catálogos baseados nos modelos conceituais, deparou-se com a figura histórica de Seymour Lubetzky, uma das influências mais significativas da área da catalogação e cujo pensamento estava à frente da sua época. Ele acompanhou as mudanças dos códigos de catalogação e dos catálogos bibliográficos em suporte de fichas aos on-line, mas continuou lembrando que a tecnologia é apenas um meio e não um fim.

Segundo Lubetzky (apud YEE, 2004), um catálogo bem projetado deve: a) permitir ao usuário buscar uma obra específica usando o nome do autor e o título em combinação; b) combinar a pesquisa do usuário (termos do autor) com os registros de autoridade dos autores e com os termos do título das obras, para obter qualquer nome ou variantes de título ou nomes ou títulos alterados que o usuário possa ter usado em sua pesquisa; c) produzir uma lista de todas as expressões da obra (Lubetzky usava a palavra "edições"), com listas separadas de

obras sobre a obra e outras obras relacionadas, para que o usuário possa tomar suas próprias decisões sobre quais manifestações são de interesse ou não .

Além de Yee (2004), outros autores como Denton (2007) e Riva (2007), afirmam que o estudo de Lubetzky foi utilizado como base das discussões que resultaram nos Princípios de Paris (1961), do qual se destaca as funções que o catálogo da biblioteca deve desempenhar, ou seja, ser um instrumento eficiente para informar: 1) se a biblioteca possui um determinado livro especificado por autor e por título ou, se inadequados, por um substituto; 2) se as obras de determinado autor e as edições de uma determinada obra existem na biblioteca.

Tillett (2004) durante o “*Tribute to Seymour Lubetzky Held During Midwinter*”, realizado na cidade de San Diego, comentou que as ideias de Lubetzky influenciaram os Princípios de Paris e serviram como meio de transformar a catalogação de uma “empresa caseira” para uma “indústria internacional”; ideias que continuam vivas e impulsionando nossos esforços à medida que vemos nosso mundo cada vez mais acessível por meio da tecnologia.

Ainda hoje, os Princípios de Paris continuam sendo os princípios por trás de quase todos os códigos de catalogação usados no mundo. Lubetzky era defensor de padrões de catalogação verdadeiramente internacionais e de regras catalográficas baseadas em princípios norteadores de catálogos orientados aos usuários, ele defendia um catálogo explícito na explicação e exibição das relações de várias edições, traduções e formatos para obras criadas. Ele destacava a necessidade de transformar o padrão nacional em um conjunto de regras de catalogação mais íntegras e sólidas capaz de servir para um acordo internacional (TILLET, 2007). Lubetzky lançou as bases para o que acontece agora diante de novos códigos de catalogação.

Parece haver certa sintonia entre as crenças de Seymour Lubetzky e os avanços da catalogação no século XXI, mais especificamente com o desenvolvimento dos modelos conceituais que pretendem organizar a informação com foco nas necessidades de busca do usuário. Entretanto, ainda não há clareza dessa aproximação pela escassez de literatura sobre o tema e, também, pelo fato do desenvolvimento dos modelos conceituais ser recentes e pouco explorados, principalmente no Brasil.

Dessa forma, a discussão neste estudo, ainda em fase inicial de desenvolvimento, tem por fundamento as ideias difundidas por Seymour Lubetzky e, a partir delas, construir um arcabouço teórico que permita compreender como elas influenciaram e influenciam o desenvolvimento da catalogação, bem como democratizar o uso e o acesso às coleções da biblioteca, para a produção e a circulação do conhecimento e a ampliação das práticas sociais de informação.

2 Método da pesquisa

Trata-se de um estudo exploratório bibliográfico e documental, tendo como temas: história da catalogação, inovações tecnológicas em bibliotecas, modelos conceituais FRBR e LRM e os ideais de Seymour Lubetzky.

3 Resultados

Preliminarmente, considera-se que a aplicação dos modelos conceituais amplia e estende a visão do processo de construção dos catálogos bibliográficos, por se tratar de modelos que organizam os registros bibliográficos e, dessa forma, reafirma o que Lubetzky dizia: que a tecnologia é apenas um meio para alcançar uma finalidade.

Na atualidade é importante manter os objetivos da catalogação na vanguarda do trabalho do bibliotecário, não apenas para ajudar os usuários a encontrar, identificar, selecionar e obter os recursos de biblioteca, mas também permitir relação de registros bibliográficos.

No entanto, ao seguir o percurso de Lubetzky, este estudo intenta oferecer subsídios teóricos que contribuam com desenvolvedores de softwares para bibliotecas e catalogadores, na apropriação de terminologias e ferramentas tecnológicas disponíveis para aperfeiçoamento de processos que envolvam a organização e o tratamento das informações disponibilizadas em catálogos bibliográficos.

Assim, também se reconhece o legado de Lubetzky que remete aos princípios e objetivos fundamentais dos catálogos.

4 Considerações finais

Revisitar os ideais de Seymour Lubetzky para compreender sua influência no desenvolvimento dos modelos conceituais é também entender o quanto permanecem fundamentais para o desenvolvimento de catálogos e a democratização do uso e acesso às coleções das bibliotecas. É também oferecer subsídios teóricos aos catalogadores que desconhecendo Lubetzky, estejam preocupados com melhorias conceituais e técnicas em seus catálogos.

Além disso, espera-se que a análise produzida neste estudo, contribua com o catalogador na aproximação e apropriação de terminologias e inovações atualmente disponíveis para aperfeiçoamento de processos de organização e do tratamento da informação.

Essa aproximação e apropriação é essencial até para a defesa da pertinência da função de catalogação, bem como da própria profissão como apta à gestão da informação bibliográfica e mediação das necessidades dos usuários.

Referências

DENTON, William. FRBR and the History of Cataloging. In: TAYLOR, Arlene. **Understanding FRBR**: what it is and how it will affect our retrieval tools. USA, United States: Libraries Unlimited, 2007.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Cataloguing Principles**: Statement of International Cataloguing Principles (ICP) and its Glossary. München: K.G. Saur, 2009.

RIVA, Pat. Introducing the Functional Requirements for Bibliographic Records and Related. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v.33, n. 6, ago./set. 2007, p. 7-11.

TILLETT, Barbara. Seymour Lubetzky's Legacy for Cataloging Rules. In: American Library Association. **Tribute to Seymour Lubetzky Held During Midwinter in San Diego**, [Chicago], [ca. 2004]. Disponível em:
http://www.ala.org/alcts/ano/v15/n1/ano15n1_evts_lubetzkyrec. Acesso em: 21 jan. 2019.

YEE, Martha. Remarks on how far ahead of current practice Lubetzky's thinking was In: American Library Association. **Tribute to Seymour Lubetzky Held During Midwinter in San Diego**, [Chicago], [ca. 2004]. Disponível em:
http://www.ala.org/alcts/ano/v15/n1/ano15n1_evts_lubetzkyrec. Acesso em: 21 jan. 2019.

BIBFRAME: panorama de iniciativas em bibliotecas

BIBFRAME: panorama of initiatives in libraries

Ana Carolina Simionato Arakaki

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9896600626524397>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0140-9110>

E-mail: acsimionato@ufscar.br

Morgana Carneiro Andrade

Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Tecnologias e Sistemas de Informação na Universidade do Minho.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4008145322343111>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4055-5882>

E-mail: morganaandrade@hotmail.com

Felipe Augusto Arakaki

Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Doutor em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324289839207169>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3983-2563>

E-mail: fe.arakaki@gmail.com

Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1072374287964657>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5480-4106>

E-mail: paulaventuramorim@gmail.com

Resumo

Aborda a representação da informação, por meio do modelo BIBFRAME, como alternativa para potencializar a visibilidade, o reuso e a preservação dos recursos bibliográficos no contexto *Linked Data*. O artigo apresenta iniciativas e experiências de instituições para publicação de dados em *Linked Data* pelo uso do BIBFRAME. As expectativas se mostram promissoras, embora ainda haja muitas questões que necessitam ser respondidas.

Palavras-chave: BIBFRAME. Linked Data em bibliotecas. Bibliotecas. Catalogação.

Abstract

It addresses the representation of information through the BIBFRAME model as an alternative to enhance the visibility, reuse and preservation of bibliographic resources in the Linked Data context.

The article presents initiatives and experiences of institutions to publish data in Linked Data through the use of BIBFRAME. Expectations are promising, although there are still many issues that need to be answered.

Keywords: BIBFRAME. Library Linked Data. Library. Cataloging.

1 Introdução

Em tempos em que pesquisas são iniciadas a partir do Google ou apenas com ele, os centros de informação necessitam buscar um envolvimento com as novas práticas descritivas e tecnológicas, possibilitando que suas coleções se tornem visíveis e recuperáveis para o grande público.

Esse artigo versa sobre possibilidades de organização, descrição, disseminação e descoberta de recursos no meio digital. Diversas iniciativas têm surgido com o objetivo de implementar um novo ambiente bibliográfico para as bibliotecas, em que a prática recomendada para descrever, compartilhar e conectar partes de dados na Web seja alinhada aos princípios *Linked Data* (LD), com o uso de *Uniform Resource Identifier* (URI) e *Resource Description Framework* (RDF). Uma dessas iniciativas é o *Bibliographic Framework* (BIBFRAME), modelo de dados vinculados (*Linked Data*) para dados bibliográficos, desenvolvido para suprir deficiências do padrão MARC 21 no ambiente digital (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

Entre os fatores que levam à adoção do LD pelas bibliotecas estão: a necessidade de publicar LD para reutilização em projetos futuros; a potencialização da interoperabilidade e reuso de dados; a adoção do BIBFRAME e Schema.org; o fornecimento de dados estáveis, dados integrados e normalizados produzidos pelas instituições (SMITH-YOSHIMURA, 2018); a otimização da descoberta e o reuso dos recursos e dos seus metadados em acesso aberto (MITCHELL, 2016).

Miller e Ogbuji (2015) declaram que o “BIBFRAME constrói uma arquitetura na web, complementando os padrões da web para conectar dados da biblioteca com a maior rede de dados de forma mais eficaz e eficiente”, solucionando um dos maiores problemas enfrentados por sistemas de informação (bibliotecas, museus, entre outros), que é a visibilidade da sua coleção. Os autores afirmam ainda que sistemas que não se alinharem às diretrizes dos LD podem perder “[...] a influência e o impacto do público, em vez de fornecer a liderança necessária para a era da informação [...]”, ainda mais que a BIBFRAME foi “[...] projetada para tornar simples as coisas simples e as coisas complexas possíveis”.

É nesse sentido que o presente estudo tem como objetivo apresentar iniciativas e projetos de adoção do BIBFRAME em bibliotecas.

Trata-se de pesquisa exploratória que identificou as iniciativas de implementação do BIBFRAME em seus acervos. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas nas bases de dados *Scopus* e *Web Science*, motor de busca *Google Acadêmico*, utilizando os termos “BIBFRAME” e “*Linked Data*” relacionados com “biblioteca”, entre novembro de 2018 e janeiro de 2019.

2 BIBFRAME

Diante das novas perspectivas para descrição bibliográficas apresentadas pelos modelos conceituais da família FR (*Functional Requirements for Bibliographic Records* - FRBR; *Functional Requirements for Authority Data* - FRAD; e *Functional Requirements for Subject Authority Data* - FRSAD) e da Web Semântica, diversas alterações ocorreram nos instrumentos de catalogação. Podem ser citadas o desenvolvimento de novas instruções para catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), como possível substituto das regras do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR); a unificação da descrição da *International Standard Bibliographic Description* (ISBDs) com a ISBD consolidada; e o início dos estudos de um novo padrão de metadados para substituir o formato de intercâmbio *Machine Readable Cataloging* (MARC21), denominado de *Bibliographic Framework Initiative* (BIBFRAME), em 2011, pela *Library of Congress* dos Estados Unidos (LC).

A primeira versão do BIBFRAME foi lançada em 2012, com a proposta de um modelo com duas classes principais, *Work* (Obra) e *Instance* (Instância). A Obra representa a essência conceitual de um recurso catalogado, já a Instância, corresponde a uma forma individual de realização material da Obra (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

Após a realização de testes, foi observado inconsistências no primeiro modelo, e, em abril de 2016, a LC publicou uma atualização, chamada de BIBFRAME 2.0, contendo o vocabulário BIBFRAME com classes e propriedades de descrição e de relacionamentos que são compatíveis com as diretrizes *Linked Data* (LD).

A atualização do BIBFRAME apresentou três classes principais: *Work* (Obra), *Instance* (Instância) e *Item* (Item). Mantendo a característica da entidade no primeiro modelo do BIBFRAME, a Obra foi definida no modelo 2.0, como o nível mais alto de abstração. Já a Instância foi caracterizada como a materialização da obra e pode possuir uma ou mais formas de realização de uma mesma Obra, podendo apresentar informações, como editor, local, data de publicação e formato. O Item foi definido como uma cópia real (física ou eletrônica) de uma instância e possui informações como: a localização (física ou virtual) e código de barras (LIBRARY OF CONGRESS, 2016). Além das três classes foram incluídas as classes *Agents*

(Agentes), *Subjects* (Assuntos) e *Events* (Eventos). A classe Agente pode ser definida como pessoas, organizações, jurisdições e estão associadas a uma Obra ou Instância, tendo como função: autor, editor, artista, fotógrafo, compositor, ilustrador etc. (LIBRARY OF CONGRESS, 2016). A classe Assunto caracteriza-se pelas informações de conteúdo, ou seja, “sobre o quê” de uma Obra e pode ter um ou mais conceitos. Estes incluem temas, lugares, expressões temporais, eventos, obras, instâncias, itens, agentes, etc. (LIBRARY OF CONGRESS, 2016). A classe Evento foi definida como ocorrências que podem ser estar relacionadas ao conteúdo de uma Obra (ARAKAKI, 2016; THE LIBRARY OF CONGRESS, 2016).

Desde a sua ampliação, há muitas iniciativas com testes de implementação do BIBFRAME, conforme descrito por Agenjo-Bullón e Hernández-Carrascal (2018), Hansen e Crowe (2015), *Library of Congress* (2018), Mitchell (2016), Thompson et al. (2016) e Smith-Yoshimura (2018), como as apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas no contexto do BIBFRAME

| Instituição | Atividades |
|---|--|
| University of Illinois Urbana-Champaign Library | O projeto está dedicado à coleção digital de romances ingleses do século 19. e apresentou a viabilidade de converter e enriquecer os registros do <i>Dublin Core</i> para o BIBFRAME 2.0. Foram transformados 7.829 registros BIBFRAME 2.0. |
| Ex Libris, Alma | Todos os registros bibliográficos do <i>software</i> Alma podem ser visualizados e exportados como BIBFRAME e podem ser acessados por meio de um URI exclusivo. O desenvolvimento continuará em 2018 e 2019 |
| Reasonable Graph | Plataforma baseada na <i>Web</i> para o gerenciamento de coleções digitais e físicas organizadas em ontologias. Busca a adequação às instituições culturais de uma plataforma de edição com o modelo de dados BIBFRAME |
| @CULT | Publica dados de coleções em <i>LOD</i> , a partir de registros MARC de diferentes universidades. Os dados são agrupados, enriquecidos e convertidos de acordo com o vocabulário BIBFRAME e depois são publicados. Oito instituições italianas participam do projeto com aproximadamente 2 milhões de registros e 340 mil registros de autoridade |
| Library of the Hungarian National Museum | Publicou todo o catálogo on-line na nuvem LOD no formato BIBFRAME. Fornece <i>links</i> para fontes externas como: BNF, ISNI, LC NAF, VIAF e Wikidata |
| Colorado College | Possui duas frentes. O primeiro é, um projeto conjunto com as bibliotecas da Colorado Alliance of Research (https://coalliance.org/) e KnowledgeLinks.io, que publicam o BIBFRAME 2.0 RDF com validação do <i>Schema.org</i> JSON-LD para indexação pelo Google e por outros mecanismos de busca. O segundo projeto é um novo Centro de Serviço DPLA baseado no BIBCAT para o Colorado e Wyoming, que usa regras de RDF Mapping Language (http://rml.io/) para mapear diferentes vocabulários e formatos de metadados (MODS, DC, CSV, XML personalizado) para o BIBFRAME 2.0 RDF tripla |

| Instituição | Atividades |
|---|--|
| United States Army Corps of Engineers Research and Development Center Library | Biblioteca ERDC implementou o produto <i>BLUEcloud Visibility da SirsiDynix</i> , que é uma implementação do BIBFRAME em parceria com a Zepheira |
| Stanford University | <i>Linked Data for Production (LD4P)</i> é uma colaboração entre seis instituições (Columbia, Cornell, Harvard, Library of Congress, Princeton e Stanford) para iniciar a transição dos fluxos de trabalho de produção de serviços técnicos para aqueles baseados em Linked Open Data (LOD) |
| German National Library | A partir da apresentação completa de um registro, há uma opção de ação chamada "BIBFRAME-Repräsentation dieses Datensatzes", que aciona um processo de conversão baseado na versão 1.0 do BIBFRAME. Uma atualização é planejada e preparada para ser implementada em 2018, usando o BIBFRAME 2.0, que agrega informações sobre várias entidades de diferentes fontes |
| University College London Department of Information Studies | O projeto é desenvolver um conjunto de dados BIBFRAME como um <i>Open Educational Resource</i> , que ajudará os alunos a aprender o novo padrão de forma interativa e, ao mesmo tempo, se familiarizar com as tecnologias da Web de última geração |
| Library of Alexandria | Estuda o vocabulário, modelo de dados, editor e ferramentas do BIBFRAME, convertendo os registros MARC da coleção da Biblioteca da Alexandria para o BIBFRAME. Serão criados novos registros em Árabe em BIBFRAME e implementadas ferramentas de conversão para a Língua Árabe |
| Music Library Association (MLA) | Está trabalhando para examinar aspectos relacionados com a música no MARC da Biblioteca do Congresso para o BIBFRAME Transformation Service como parte de um esforço mais amplo para desenvolver perfis BIBFRAME a música. |
| The National Library of Medicine (NLM) | Objetiva se desenvolver e modificar para uma abordagem mais modular ao vocabulário BIBFRAME; modificar o código de conversão Zepheira em MARC2BIBFRAME para refletir um vocabulário BIBFRAME principal e executar um conjunto de exemplos de registros MARC existentes. Converte registros de autoridade MARC em BIBFRAME, complementados por outros vocabulários, conforme necessário, e configura armazenamento triplo em servidor para salvar, consultar e relacionar os arquivos de autoridade e os dados de teste BIBFRAME do NLM |
| Columbia University Libraries | As Bibliotecas da Universidade estão trabalhando em conjunto com as Bibliotecas da Universidade de Cornell, em testes de conversão de registros MARC e MODS, para todos os formatos das amplas coleções da Columbia, Columbia que contribui com o desenvolvimento de vocabulário BIBFRAME e oferta de ferramentas para o uso em suas coleções, principalmente as de arte bidimensionais e tridimensionais |
| Princeton University Library | Está convertendo e revisando registros MARC existentes com foco em material musical, livros raros e registros de roteiros não romanos. Princeton também testará o Editor BIBFRAME para a criação de novos dados bibliográficos como a codificação de dedicatórias manuscritas dentro da biblioteca de Jacques Derrida como LOD. O objetivo de Princeton é analisar o vocabulário e o modelo do BIBFRAME em relação aos padrões de catalogação |

| Instituição | Atividades |
|---|--|
| Cornell University Library | Está avaliando o conversor BIBFRAME como uma ferramenta para criar manualmente o BIBFRAME em sua primeira versão e, principalmente, sobre a ampliação do BIBFRAME com outros vocabulários para descrição de obras raras, documentos sonoros e elaboração de uma ontologia para esse fim |
| Biblioteca Nacional de Cuba “José Martí” (BNJM) | Está trabalhando para implementar o BIBFRAME como parte de uma estratégia para concluir a conversão retrospectiva de seus catálogos impressos. A biblioteca também testará a conversão de registros MARC existentes (de 1998) para o BIBFRAME, usando a conversão disponibilizada pela Biblioteca do Congresso (LC) |
| Library of Congress | A ferramenta de transformação usa a transformação MARC2 BIBFRAME do LC para converter um registro ou coleção MARCXML existente em BIBFRAME. Os registros podem ser colados ou endereçados pelo URL, e os registros transformados serão mostrados em EXHIBIT. (bibframe.org/tools/transform/start). A ferramenta de comparação obtém um número de registro (MARC 001) e transforma esse registro LC, mostrando os resultados MARCXML ou BIBFRAME (bibframe.org/tools/compare) |
| Harvard University | Faz parte do projeto <i>Linked Data for Production</i> (LD4P) e objetiva explorar a catalogação em <i>Linked Data</i> de materiais cartográficos e conjuntos de dados digitais geoespaciais |
| Arapahoe Library District | A Biblioteca adotou a Iniciativa LibHub, em conjunto com outras bibliotecas do Colorado, incluindo a Biblioteca Pública de Denver, as Bibliotecas do Condado de Douglas e o Distrito da Biblioteca de Arapahoe |
| National Library of Finland | Está realizando os testes de conversão de registros MARC para BIBFRAME |
| MokkaUp | É um catálogo húngaro em BIBFRAME, disponível em sua versão de teste em: http://test-mokka-up.oseegenius.it/mokka/home |
| Libris XL | Catálogo coletivo sueco que está realizando testes para a construção de um novo catálogo baseado no BIBFRAME 2.0 e em outros vocabulários (https://id.kb.se/vocab) |
| George Washington University Library | Conversão de registros MARC21 para BIBFRAME |
| Andrew W. Mellon Foundation | Art Libraries Society of North America's Cataloging Advisory Committee (CAC) and the RBMS Bibliographic Standards Committee (BSC) estão desenvolvendo, em parceria, o modelo <i>Art and Rare Materials BIBFRAME Ontology Extension</i> (ARM), que será um editor de catalogação de dados vinculado chamado VitroLib. O projeto está no escopo do Linked Data For Libraries Labs (LD4L Labs) e Linked Data For Libraries Production (LD4P) |
| University of Cincinnati | Mapeou o DCTerms para o BIBFRAME. Esse projeto piloto foi aplicado na coleção de Neil Armstrong, com resultados satisfatórios. Os trabalhos futuros estão relacionados com a ampliação do mapeamento para outras coleções |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o intuito de realizar testes para implementação do BIBFRAME em diversas frentes, instituições, como as bibliotecas das Universidades da Columbia, Cornell, Harvard, Princeton, Stanford, LC, entre outras, foram criados grupos de trabalhos para discutir possíveis implementações. A princípio, de 2014 a 2016, o projeto denominado “Linked Data for Library” (LD4L) foi desmembrado em dois projetos: o primeiro “Linked Data for Library Labs” (LD4L Labs), com o objetivo de ajudar as bibliotecas no uso de dados vinculados para melhorar o intercâmbio e a compreensão dos dados compartilhados; o segundo projeto, “Linked Data for Production” (LD4P), voltou-se para a criação e transição de fluxos de trabalho de produção de serviços técnicos. Atualmente, o projeto encontra-se na fase 2 (Linked Data for Production 2 - LD4P2) e tem o objetivo de desenvolver caminhos para as bibliotecas iniciarem a migração para dados vinculados.

Agenjo-Bullón e Hernández-Carrascal (2018) recomendam a consulta ao projeto LD4P para: o acesso a detalhes sobre desenvolvimento de ações, como a definição de melhores práticas para descrever materiais audiovisuais, sonoros, impressos e imagéticos em LD; o desenvolvimento do vocabulário BIBFRAME e a exploração do conjunto BIBFRAME e RDA com os materiais bibliográficos; as especificações para conversão MARC 21 para BIBFRAME 2.0.

3 Considerações finais

Ainda que bibliotecas em diferentes países estejam trabalhando na implementação do BIBFRAME, não foi encontrada nenhuma publicação de bibliotecas brasileiras relatando ações ou projetos para adoção do modelo BIBFRAME para representação da informação.

Como relatado, as iniciativas apresentadas estão desenvolvendo estudos para a criação de registros em BIBFRAME para suas coleções digitais de patrimônios culturais, sendo o principal desafio a interoperabilidade de dados do formato MARC para o novo modelo de dados. Além disso, foi observado a necessidade de cooperação entre várias iniciativas para que os esforços e avanços sejam distribuídos igualmente entre as instituições levantadas.

A partir dos *surveys* da IFLA, descritos por Smith-Yoshimura (2018), identifica-se o crescimento no número de instituições que utilizam o BIBFRAME em bibliotecas com o objetivo de potencializar a visibilidade, o reuso e a preservação dos recursos no âmbito do Linked Data. Como trabalho futuro, pretende-se desenvolver estudo sobre a representação da informação, a partir do BIBFRAME, para patrimônio cultural bibliográfico.

Referências

AGENJO-BULLÓN, Xavier; HERNÁNDEZ-CARRASCAL, Francisca. Bibframe 2017: entre la internacionalización y el desembarco en Europa. **Anuário ThinkEPI**, [S. l.], v. 12, p. 373-377, 2018.

ARAKAKI, Felipe Augusto. **Linked data**: ligação de dados bibliográficos. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/147979>. Acesso em: 12 nov. 2017.

HANSEN, Carolyn; CROWE, Sean. The Linkable Neil Armstrong: using BIBFRAME to increase visibility of digital collections. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, 15., 2015. **Proceedings** [...]. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://dcevents.dublincore.org/IntConf/dc-2015/paper/view/336/376>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. **Bibliographic framework as a web of data**: linked data model and supporting services. Washington, DC: Library of Congress, 2012.

LIBRARY OF CONGRESS. **Overview of the BIBFRAME 2.0 Model**. Washington, DC., 2016. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. **BIBFRAME Implementation Register (BIBFRAME - Bibliographic Framework Initiative)**. Washington, DC.: Library of Congress, 2018. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibframe/docs/bibframe2-model.html>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MILLER, Eric; OGBUJI, Uche. Linked data design for the visible library. **Bull Asis&T**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 23-27, abr./maio, 2015.

MITCHELL, Erik. The current state of linked data in libraries, archives and museums. **Library Linked Data**: early activity and development, Chicago, v. 52, n. 1, p. 5-33, 2016.

SMITH-YOSHIMURA, Karen. Analysis of 2018 International Linked Data Survey for Implementers. **Code4lib Journal**, [United States], n. 42, nov. 2018. Disponível em: <https://journal.code4lib.org/articles/13867>. Acesso em: 30 jan. 2019.

THOMPSON, Timothy *et al.* From notes to annotations: dedications as data in the Library of Jacques Derrida at Princeton University. **Journal of Library Metadata**, [United Kingdom], v. 16, n. 3-4, p. 146-165, 2016.

Cutter e o objetivo do catálogo na Representação Descritiva sob a AACR e a RDA

Cutter and the purpose of the catalog in the Descriptive Cataloging under AACR and RDA

José Fernando Modesto da Silva

Graduação (1980) e Mestrado (1989) em Biblioteconomia e Documentação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP. Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2001). Estágio Pós-Doutoral na Universidade Carlos III de Madrid, Espanha (2008/2009). Professor da Universidade de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1070631453914536>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0535-5471>
E-mail: fmodesto@usp.br

Marcos Leandro Freitas Hübner

Universidade Federal de Rondônia. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997). Especialista em Gestão de Recursos Humanos (2000) e Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (2014). Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2017-).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2704338617799479>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4467-2752>
E-mail: marcos.hubner@unir.br

Resumo

As instruções da RDA (Resource Description and Access), organizadas pelo Joint Steering Committee (JSC), constituem-se no novo código de catalogação que substitui a AACR2 (Anglo-American Cataloging Rules), ainda em uso por muitas bibliotecas. É nesse contexto que o presente artigo se desenvolve como um estudo exploratório e descritivo, subsidiado por levantamento bibliográfico. Por meio da análise de elementos contidos na representação bibliográfica, exemplificada pelo registro de um livro utilizando o padrão AACR e RDA (impresso), salienta algumas mudanças de uma norma para a outra. Destaca, ainda, a ampliação do modelo teórico preconizado por Charles Ami Cutter na abordagem dos objetivos e funções atuais do catálogo, preconizados agora nos novos princípios propostos pela IFLA. Considera-se que a catalogação descritiva, na atualidade, sob a RDA e os novos princípios, passa a ser mais cognitiva que a AACR. Catalogar, na atualidade, requer a conjugação de procedimentos com os fundamentos conceituais da catalogação.

Palavras-chave: Representação Descritiva. AACR. RDA. Princípios de Catalogação. Cutter.

Abstract

The Resource Description and Access (RDA) instructions, organized by the Joint Steering Committee (JSC), constitute the new cataloging code that replaces the Anglo-American Cataloging Rules (AACR2), still in use by many libraries. In this context, this text develops as an exploratory and descriptive study, subsidized by a bibliographical survey. Through the analysis of elements contained in the bibliographic representation, exemplified by the registration of a book under the AACR and RDA (printed) standard,

it highlights some changes from one norm to another. It also highlights the expansion of the theoretical model advocated by Charles Ami Cutter, in the approach to the current objectives and functions of the catalog, now advocated in the new principles proposed by IFLA. It is considered that the descriptive cataloging, nowadays, under the RDA and the new principles, becomes more cognitive, than the AACR. Cataloging today requires the conjugation of procedure with the conceptual foundations of cataloging.

Keywords: Descriptive Cataloging. AACR. RDA. Principles of Cataloging. Cutter.

1 Introdução

As instruções da RDA (*Resource Description and Access*), organizadas pelo Joint Steering Committee (JSC), constituem-se em um novo código de catalogação, que substitui a AACR2 (*Anglo-American Cataloguing Rules*) ainda em uso por muitas bibliotecas, especialmente no Brasil.

A nova normativa catalográfica traduz a visão desenvolvida por especialistas segundo a qual a AACR cumpriu um ciclo normativo, uma vez que o padrão descritivo projetado para o domínio do impresso já não oferece mais suporte (PICCO GOMEZ, 2012). Alterações significativas no âmbito documental foram promovidas pelas mudanças da realidade bibliográfica e pelo desenvolvimento tecnológico.

Também, no âmbito das diretrizes catalográficas, tem-se a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), de 2009, em substituição aos Princípios de Paris, a qual pauta os novos códigos de catalogação estabelecidos ou a serem estabelecidos, bem como a adoção das políticas de catalogação, além de definir os objetivos e funções do catálogo na busca e recuperação dos registros pelos usuários.

É nesse contexto que o presente texto se desenvolve como um estudo exploratório e descritivo, subsidiado por levantamento bibliográfico. A intenção é alertar que a catalogação bibliográfica requer uma atenção cognitiva na sua aplicação, além de colocar novas discussões que avançam além da representação.

2 Breve Cenário da Descrição Bibliográfica

A inclusão de novos recursos, em especial, de recursos eletrônicos ou digitais nos acervos das bibliotecas tem se expandido, fato que representa novos desafios e dificuldades na catalogação para os bibliotecários. Há a indicação de elementos necessários à descrição e que proporcionem, aos usuários, condições essenciais à identificação e seleção do recurso disponível, assim como as especificidades decorrentes para acesso ao mesmo (SERRA; SILVA, 2015). Da catalogação realizada sob a égide da AACR para a catalogação sob RDA, ocorrem mudanças significativas, inclusive no que se refere aos recursos impressos.

Na AACR, o livro impresso está designado no Capítulo 2 – Livros, folhetos e folhas impressas e abrange a descrição de itens monográficos impressos. Tem como fonte principal de informação a página de rosto.

Além disso, a catalogação tradicional estrutura-se em três partes: descrição bibliográfica, ponto de acesso e dados de localização, as quais, quando integradas, possibilitam individualizar o item na coleção, reuni-lo por semelhanças e permitir sua localização. Cada item possui uma descrição no catálogo e cada descrição aplica-se a um único item (MEY, 1995). No quadro 01, é representada a descrição de um livro impresso sob as regras da AACR e da RDA, codificado em formato MARC 21. Exemplifica-se a leitura dos elementos e áreas pelas quais, no modelo tradicional, o bibliotecário elabora e interpreta o registro bibliográfico.

Quadro 1 – Exemplo de Registro Bibliográfico Impresso – AACR2 e RDA

| Representação Descritiva em MARC conforme AACR | Representação Descritiva em MARC conforme RDA |
|--|--|
| 020 \$a 0521361834 | 020 \$a 0521361834 |
| 100 1# \$a Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, \$c Baron de La Brède et de, \$d 1689-1755 | 100 1# \$a Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, \$c Baron de La Brède et de, \$d 1689-1755 \$e autor |
| 240 10 \$a De l'esprit des lois. \$l Inglês | 240 10 \$a De l'esprit des lois. \$l Inglês |
| 245 14 \$a The spirit of the laws / \$c Montesquieu ; translated and editad by Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone | 245 14 \$a The spirit of the laws / \$c Montesquieu ; translated and editad by Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone |
| 260 ## \$a Cambridge : \$b Cambridge University Press, \$c 1989 | 264 #1 \$a Cambridge : \$b Cambridge University Press, \$c 1989 |
| 300 ## \$a xlvii, 757 p. : \$b ill. ; \$c 22 cm. | 300 ## \$a xlvii, 757 páginas : \$b ilustrado ; \$c 22 cm |
| | 336 ## \$a texto \$ b txt \$2 rdacontent |
| | 337 ## \$a não mediado \$b n \$2 rdamedia |
| | 338 ## \$a volume \$b nc \$2 rdacarrier |
| 500 ## \$a Tradução de: De l'espirit des lois. | 500 ## \$a Tradução de: De l'espirit des lois. |
| 650 0# \$a Ciência política | 650 0# \$a Ciência política |
| 650 0# \$a Direito \$x Filosofia | 650 0# \$a Direito \$x Filosofia |
| 700 1# \$a Cohler, Anne M. | 700 1# \$a Cohler, Anne M. \$e tradução |
| 700 1# \$a Miller, Basia Carolyn | 700 1# \$a Miller, Basia Carolyn \$e tradução |
| 700 1# \$a Stone, Harold Samuel, \$d 1949 | 700 1# \$a Stone, Harold Samuel, \$d 1949 \$e tradução |

Fonte: Adaptado de Oliver (2011).

No quadro 01, são indicadas as áreas descritivas e alguns dos elementos que descrevem o recurso do acervo bibliográfico, além da indicação dos pontos de acesso: principal e secundário. A recuperação desse registro deve obedecer ao preconizado pelos Princípios de Paris, subsidiado pela teoria de Cutter, quanto à definição dos objetivos do catálogo.

A AACR organiza-se em capítulos que cobrem um conjunto de categorias de documentos, em uma estrutura comum de representação dividida em oito áreas que organizam os elementos bibliográficos e sua apresentação determinados pelas ISBDs.

Na RDA, não há categorias documentais, mas a definição de entidades que representam a produção do trabalho intelectual ou artístico de uma pessoa, grupo ou família. Essas entidades são divididas em obra, expressão, manifestação e item. Cada entidade possui um conjunto de atributos descritivos.

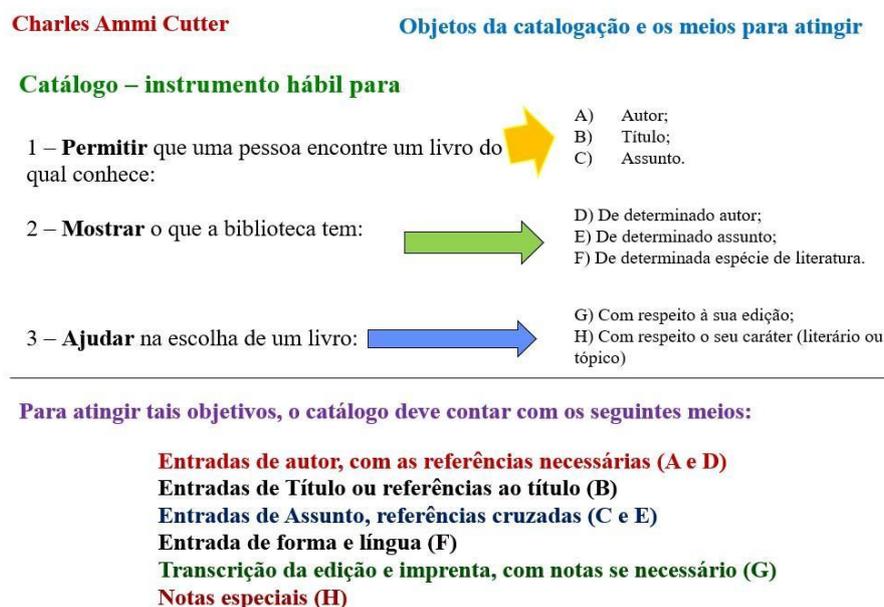
Diferentemente da AACR2, a RDA não abrevia as informações sobre os dados bibliográficos, **não prescreve fontes** de informação (o recurso como um todo é a fonte) para indicação de certos dados bibliográficos, nem formato de apresentação dos mesmos. Cabe ao bibliotecário escolher qual formato utilizar ou criar. Entretanto, apesar das inovações observadas com a nova normativa, a base conceitual da catalogação continua, agora expandida diante da ambiência digital e tecnológica.

3 O Conceito de Cutter

Em 1876, Charles Ami Cutter publicou suas Rules for a dictionary catalogue, regras para organização de catálogos dicionários e que foi considerado mais do que um código de catalogação, uma verdadeira declaração de princípios (MEY, 1995). Foi um dos primeiros a elaborar os objetivos do catálogo, representando a base da catalogação norte-americana e internacional, e que ainda influenciam nas mudanças catalográficas.

Nesse aspecto, a figura 01 ilustra os objetivos preconizados por Cutter que encontramos nos catálogos tradicionais, como podem ser observados em catálogos configurados sob os novos paradigmas descritivos.

Figura 1 - Conceito de Cutter para o objetivo do catálogo



Fonte: adaptado pelo autor.

Pode-se ler, nos objetivos preconizados por Cutter para a concepção do catálogo impresso, atividades que o usuário iria executar na busca do recurso bibliográfico ou na exploração do acervo da biblioteca. Nota-se que, há muito tempo, o catálogo precisa apresentar uniformidade na informação sobre os responsáveis pela publicação, além do título e do assunto.

O catálogo é um instrumento de apoio ao atendimento das necessidades ou desejos informacionais do usuário. A expansão do conceito de Cutter tornou-se possível com o contexto tecnológico no qual se vive atualmente, com catálogos automatizados.

A declaração dos novos princípios da catalogação, embasados nos conceitos dos FRBRs, expande o conceito de Cutter. Os atuais objetivos preconizam que o catálogo deve ser um instrumento que permita ao usuário encontrar recursos bibliográficos em uma coleção, como resultado de pesquisa, e que esse catálogo utiliza atributos ou relações das entidades bibliográficas. O quadro 02 ilustra os novos princípios.

Quadro 2 – Novas funções do Catálogo Bibliográfico

| Atributos | Entidade | Função do catálogo |
|---------------------------|-------------------------|--|
| encontrar | recursos | realizam a mesma obra; contenham a mesma expressão; exemplificam a mesma manifestação; associados com uma pessoa, família ou entidade coletiva; sobre um tema; definidos por outros critérios: idioma, lugar de publicação, data de publicação, forma do conteúdo, tipo de mídia, tipo de suporte e entre outros. |
| identificar | recurso ou agente | confirmar se a entidade descrita e pesquisada ou distinguir entre entidades com características similares; |
| selecionar | recurso | escolher o recurso que satisfaça os requisitos do usuário em relação ao conteúdo, mídia, suporte entre outros, ou descartá-lo se inapropriado às necessidades; |
| adquirir ou obter | acesso ao item descrito | ter informações que permitam obter o item por meio da compra, do empréstimo, etc. ou acessar a cópia eletronicamente por meio de conexão on-line (adquirir ou obter dados de autoridade ou dados bibliográficos); |
| navegar e explorar | dentro do catálogo, | através da disposição lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e pela apresentação das relações entre entidades, além do catálogo, em outros catálogos, mesmo externo à biblioteca. |

Fonte: adaptado de Violeta Bertolini e outros (2016).

Ao consultar a estrutura da RDA, nota-se a compatibilidade descritiva com os objetivos dos catálogos. Os elementos descritivos, organizados como atributos das entidades - obra, expressão, manifestação e item - além da entidade agente (pessoa, entidade corporativa e família), ganham mais clareza na sua finalidade e fornecem melhor compreensão do registro e de como a representação deve operar no atendimento às necessidades dos usuários.

4 Considerações finais

Considera-se que a catalogação descritiva, na atualidade, sob a RDA e os novos princípios, passa a ser mais cognitiva que a AACR. Catalogar, na atualidade, requer a conjugação de procedimentos com os fundamentos conceituais da catalogação.

Se o usuário é o objetivo do catálogo, a linguagem descritiva tem que ser compreensível para o mesmo. A utilização da RDA não pode ser vista apenas como substituição de uma norma por outra, há que refletir sobre os procedimentos catalográficos que superem vícios e comodismos. A RDA não é um código de regras, mas de apoio à tomada de decisão, o que indica que toda biblioteca que aderir à normativa deve especificar sua política de catalogação amparada na mesma.

Referências

- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Haia, Holanda: IFLA, 2016. Disponível em: <http://www.ifla.org>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.
- OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.
- PICCO GÓMEZ, Paola Andrea. El cambio en la designación general de material [DGM] de las AACR a las RDA: definición de los atributos tipo de contenido, tipo de médio y tipo de soporte. **Palabra Clave**, Argentina, v.1, n.2, p.1-12, 2012.
- SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Catalogação de livros digitais sob as perspectivas do AACR2, ISBD Consolidada e RDA. In: CONTECSI USP - International Conference on Information Systems and Technology Management, 12., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://goo.gl/gt6mPB>. Acesso em: 26 jan. 2019.
- TILLET, Barbara. **FRBR**. In: ALA Annual Conference, 2009, Chicago. Proceedings [...]. Disponível em: http://presentations.ala.org/images/b/bd/FRBR_ALA_Preconf_2009Julyrev2.ppt Acesso em: 15 dez. 2018.

Ensino de RDA: relato de experiência a partir do manual “*The RDA workbook*” de Margaret Mering

RDA teaching: experience report from Margaret Mering's “The RDA workbook”

Cíntia Azevedo Lourenço

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2005, Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1998, Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas. Atualmente é Professora Associada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora participante dos Grupos de Pesquisa: MHTX e RECRI. Atua na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, na área de Organização da Informação - Catalogação, Classificação do conhecimento e organização da informação na web.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8222736336322955>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2172-7300>

E-mail: cal@eci.ufmg.br

Célia da Consolação Dias

Mestrado (2002) e doutorado em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação/UFMG (2010) e graduação em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da UFMG (1990). Professora adjunta do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, PPG-GOC da UFMG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Representação do Conhecimento e Recuperação da Informação - RECRI/UFMG e membro do NDE do curso de biblioteconomia/UFMG.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0933539682074676>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0891-6454>

E-mail: celiadias@eci.ufmg.br

Resumo

A adoção da norma RDA pelas bibliotecas brasileiras é uma realidade que demanda por reflexões e por compartilhamento das experiências. Nesse sentido o ensino da RDA nos cursos de biblioteconomia é uma prioridade para preparar os futuros profissionais para essa transição e para a sua implementação, mas também se apresenta como um desafio. Neste trabalho, será relatada a experiência do curso de biblioteconomia de uma universidade brasileira da oferta de uma disciplina de introdução à RDA, planejada e implementada a partir das propostas presentes no manual para ensino de RDA de Margaret Mering, publicado em língua inglesa. O objetivo é compartilhar a experiência docente, os resultados obtidos e as dificuldades encontradas. Os pontos positivos do manual, as dificuldades de adequação da tradução, as atividades mais interessantes e desafiadoras e a metodologia serão destacadas. As considerações finais destacam as limitações identificadas neste estudo e faz a proposta de reflexões acerca da implementação da RDA. Além disso, será demonstrado também que para o ensino a assinatura não será uma obrigatoriedade, o que desonera os cursos de biblioteconomia desse investimento.

Palavras-chave: Ensino de RDA. Metodologia de ensino.

Abstract

The adoption of the RDA standard by Brazilian libraries is a reality that demands reflection and sharing of experiences. In this sense, the teaching of the RDA in librarianship courses is a priority to prepare future professionals for this transition and its implementation, but it also presents itself as a challenge. In this work, the experience of the librarianship course of a Brazilian university will be reported on the offer of a course to be introduced to the RDA, planned and implemented from the proposals presented in Margareth Mering's RDA teaching manual, published in English. The objective is to share the teaching experience, the results obtained and the difficulties encountered. The positive points of the manual, the difficulties of adapting the translation, the most interesting and challenging activities and the methodology will be highlighted. The final considerations highlight the limitations identified in this study and propose reflections on the implementation of the RDA. In addition, it will also be demonstrated that for teaching the signature will not be an necessity, which discourages the librarianship courses of this investment.

Keywords: RDA teaching. Teaching methodology.

1 Introdução

Em 2014, Margaret Mering, publicou o livro “The RDA workbook”, que foi adquirido pela biblioteca da universidade em 2015, e por ser uma obra para uso didático, foi escolhida como base para o planejamento de uma disciplina sobre RDA para o curso de graduação. Dessa forma, nesse mesmo ano se iniciou o estudo e a tradução dessa obra se iniciou com o objetivo de organizar uma disciplina optativa com os conteúdos para uma introdução à RDA direcionada aos alunos do curso de biblioteconomia.

A matriz curricular do curso possui em seu rol de optativas, disciplinas chamadas “tópicos” que permitem a inserção de conteúdos atuais na matriz. A inclusão de tais conteúdos demanda apenas a aprovação dos departamentos e do colegiado do curso.

Assim, no primeiro semestre de 2016 foi ofertada pela primeira vez a disciplina “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D: MARC, RDA e metadados”, como atividade optativa e com uma carga horária de 60 horas/aula.

Após, três anos de oferta ininterrupta e atendendo a três turmas por ano, foram realizados ajustes, tanto na tradução do material usado, quanto nos conteúdos das aulas, bem como nas atividades propostas.

2 O manual de RDA

Em seu manual, Mering (2014), estrutura o conteúdo em quatro capítulos, iniciando o capítulo 1 com uma visão geral do modelo conceitual FRBR. No capítulo 2 destaca dez tópicos importantes para a implementação da RDA, conforme indicado na Figura 1. Depois discute a catalogação em RDA com o formato MARC. No capítulo 3 aborda a questão do controle de

autoridade e por último, no capítulo 4, as questões gerenciais necessárias à implementação da RDA (MERING, 2014).

Com o objetivo de nivelar a compreensão geral dos conteúdos sobre o formato MARC nas primeiras aulas da disciplina ofertada, é realizada uma rápida revisão, visto que o assunto é ensinado no terceiro período do curso e a optativa só é ofertada no sexto período. Além do MARC, a disciplina aborda outros padrões de metadados, que, vem sendo utilizados e desenvolvidos para a implementação da RDA (DUBLIN CORE, 2011; KAUFMAN, 2017; LI, 2017). A metodologia de ensino do RDA foi aplicada usando como base no conteúdo da disciplina dos capítulos 1 a 3 do livro de Margareth Mering, delineados anteriormente. O capítulo 4 não é utilizado, pois aborda as questões de gestão da implementação, que necessitam de uma disciplina específica para tratar desse conteúdo, pois são muitas questões a serem planejadas. Entretanto, alguns pontos específicos são colocados durante as aulas, como por exemplo, a necessidade de se construir uma Política de Catalogação para a implementação da RDA.

Figura 1 – Destaques da RDA

| | |
|----|---|
| 1 | Como marcar um registro RDA |
| 2 | Elementos Obrigatórios, Opcionais e Obrigatórios-para-você |
| 3 | Use o que você vê: o princípio da representação |
| 4 | Transcrição Versus Gravação |
| 5 | Abreviaturas (ou falta delas) |
| 6 | Terminologia - AACR2 Versus RDA |
| 7 | Produção, Publicação, Distribuição, Confeção e Dados de direito de autor - MARC campo 264 |
| 8 | Expansão do Acesso dentro de registros bibliográficos |
| 9 | Tipo de conteúdo, tipo de mídia e Tipo de suporte - Os campos 33x |
| 10 | RDA para conteúdo, mas não para exibição |

Fonte: Mering (2014).

No capítulo 1, quando Mering (2014) aborda a estrutura do FRBR3 utilizada pela RDA (obra, expressão, manifestação e item), ela propõe atividades que exercitam a percepção dos

alunos das quatro entidades básicas do FRBR. Ressalta-se a importância da compreensão conceitual de cada uma destas entidades básicas para que os alunos possam associar a cada uma delas, os elementos necessários para fazer a normatização no processo de descrição. Observou-se a importância de exercícios para complementar a teoria apresentada e discutida em sala com a turma e para reforçar a mudança na percepção do aluno sobre os elementos de descrição, rompendo com a lógica baseada no suporte físico do AACR2R4. Para atingir esse objetivo a realização de exercícios é fundamental e exige do professor o planejamento de atividades para facilitar a compreensão dos alunos (MERING, 2014). Nessa atividade é apresentado um texto onde recursos bibliográficos diversos são apresentados e os alunos têm como objetivo localizar quatro obras e agrupá-las com suas expressões, manifestações e itens respectivos, como mostra o exemplo da Figura 2:

Figura 2 – Atividade para entender as Entidades do FRBR

Mary Pipher escreveu um livro de não-ficção sobre os cuidados com os pais, intitulado "Another Country: Navigating the Emotional Terrain of Our Elders".
As sessões de sua biblioteca tem da versão impressa várias cópias do original em inglês, bem como traduções em espanhol e alemão. Além disso, o audiobook resumido em inglês está disponível em fita cassete.

Estruturando as expressões, as manifestações e os itens desta
Obra de sua coleção, a busca resulta no seguinte esquema:

O₁ Another Country: Navigating the Emotional Terrain of Our Elders, de Mary Pipher
e₁ do texto original em Inglês
m₁ livro publicado em 1999 pela Riverhead
i₁ cópia na Gere Branch Library
i₂ cópia autografada pelo autor na Bennett Martin Branch Library, Coleções Especiais
i₃ cópia na Anderson Branch Library
m₂ o livro impresso com letras grandes por Wheeler, publicado em 1999
i₄ cópia na Eiseley Branch Library
e₂ a tradução espanhola por Elvira Maldonado
m₃ o livro publicado pelo Grupo em 2000
i₅ cópia 1 na Walt Branch Library
i₆ cópia 2 na Walt Branch Library, danificada
e₃ a tradução alemã por Susanne Hamann
m₄ o livro publicado em 2000 por Wolfgang Kruger Verlag
i₇ cópia na Anderson Branch Library
e₄ áudio livro em Inglês, resumido, lido por Joan Allen
m₅ os cassetes de áudio produzidos em 1999 pela Simon & Schuster Áudio
i₈ cópia na Bennett Martin Branch Library

Fonte: Elaborada pela autora com fragmentos do livro de Mering (2014).

Em uma segunda fase da atividade de apresentação da RDA, a autora propõe que os alunos sejam encorajados a navegar pelo sumário da RDA, como apresentado na Figura 3. Para isso, os alunos devem acessar o sumário da RDA, que é de acesso livre, para localizar a regra RDA para elementos específicos da descrição. Um dos pontos ricos da proposta da autora é a oferta de três “Guias Rápidos”. Esses guias são uma espécie de suporte para a realização das tarefas com o objetivo de ajudar os alunos na resolução dos exercícios (Figura 3).

Figura 3 – Atividade de navegação pelo RDA Toolkit

Exemplo: A página de rosto do livro inclui *Lendo os clássicos com C.S. Lewis*.

O título encontrado em uma página de rosto é um elemento da(o) _____.

() obra
() expressão
() manifestação
() item

O número de instruções RDA para gravar o título principal é _____.

Resposta: manifestação e RDA 2.3.2.7

O caminho para a resposta através da Tabela de Conteúdo do RDA:

Seção 1: Registro de atributos de manifestação e de item

 Capítulo 2: Identificação de manifestações e itens

 2.3 Título

 2.3.2 Título principal

 2.3.2.7 Registrando o título principal

Fonte: Mering (2014).

Dessa maneira, acredita-se que os alunos vão progressivamente assimilando os conceitos da RDA para na sequência navegar pelos capítulos da norma. Após este contato inicial de apresentação da RDA, no próximo passo a autora propõe atividades de catalogação em RDA com a utilização do formato MARC, passando por atividades de MARC bibliográfico e de autoridade em RDA (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Atividade de Catalogação em RDA

Livro 1: Planilha A - O que você está catalogando?

| Elemento | MARC | RDA | Dado |
|--------------------|-----------------|----------|------|
| Modo de publicação | LDR/07 | 2.13.1.3 | |
| Tipo do conteúdo | LDR/06, 336 \$a | 6.9 | |

Livro 1: Planilha B – O que você vê?

| Elemento | MARC | RDA | Dado |
|---|---------|-------|------|
| Título principal | 245 \$a | 2.3.2 | |
| Outras informações de título | 245 \$b | 2.3.4 | |
| Indicação de responsabilidade relacionada ao título principal | 245 \$c | 2.4.2 | |

Livro 1: Planilha C – O que você registra?

| Elemento | MARC | RDA | Dado |
|----------------------|---------|-----------|------|
| Extensão | 300 \$a | 3.4 | |
| Conteúdo ilustrativo | 300 \$b | 7.15,7.17 | |

Livro 1: Planilha D - RDA em MARC

| | |
|--------|-------------------------------|
| 040 _ | \$a ### \$b eng \$e _ \$c ### |
| 020 _ | |
| 100 1_ | |

Fonte: Elaborado pela autora com fragmentos da atividade de Mering (2014)

Figura 5 – Atividade de MARC autoridade em RDA

| | |
|--------|---|
| 010 _ | \$a no2011026671 |
| 040 _ | \$a ### \$b eng \$e rda \$c ### |
| 046 _ | \$f 18800729 \$g 19710725 |
| 100 1_ | \$a Meyers, Chief, \$d 1880-1971 |
| 370 _ | \$a Riverside, Califórnia. \$b San Bernardino, Califórnia. |
| 373 _ | \$a New York Giants (Time de beisebol) \$s 1909 \$t 1915 |
| 373 _ | \$a Brooklyn Robins (Time de beisebol) \$s 1916 \$t 1917 |
| 373 _ | \$a Boston Braves (Time de beisebol) \$s 1917 \$t 1917 |
| 374 _ | \$a jogador de beisebol |
| 375 _ | \$a homem |
| 4001_ | \$a Meyers, John Tortes, \$d 1880-1971 |
| 670 _ | \$a The glory of their times, 1984: \$b page 170 (Chief Meyers) |

Questões

1. Qual foi o dia, mês e ano que Meyers nasceu?
2. Qual foi o dia, mês e ano que Meyers morreu?
3. Onde Meyers nasceu? Onde ele morreu?
4. Em que anos Meyers foi um jogador de beisebol do New York Giants?
5. Em que outras equipes de beisebol Meyers jogou?
6. Qual é o verdadeiro nome de Meyers?

Fonte: Atividade de Mering (2014).

A última atividade da disciplina foi estruturada pela professora, utilizando o Dublin Core como padrão de metadados para a catalogação em RDA, uma vez que outros padrões como BIBFRAME5 e MODS6, não foram possíveis de implementação nos laboratórios do curso de biblioteconomia e o Dublin Core tem geradores disponíveis online que facilitam a atividade (Figura 6).

Figura 6 – Gerador de Dublin Core para catalogação em RDA

dublincoregenerator.com - a better dublin core generator

Main Page Simple Generator Advanced Generator xZINECOREx Generator About Contribute

Directions

- Fill in the fields below and click on "Generate Code!" to convert your input into fully formed Dublin Core metadata code. Additional options for the format of the output code are available below.
- If you need additional copies of a given field, click the plus sign to the upper-right of the tag's name to add an additional copy of it.
- Click the minus sign to delete any unneeded additional copies – don't worry about removing tags you don't intend to use, the system will ignore any empty tags (and you can't delete the first row anyway).
- If you are unsure how a specific tag works, you can click the question mark next to the tag's name to see the tag's entry in Diane Hillmann's wonderful guide "Using Dublin Core -- The Elements."
- If you would like to use encoding schemes and the more advanced qualified elements of Dublin Core metadata, use the Advanced Generator located here.

Input

Title? [+][-]

Creator? [+][-]

Subject? [+][-]

Description? [+][-]

Publisher? [+][-]

Fonte: https://nsteffel.github.io/dublin_core_generator/generator_nq.html.

3 Considerações Finais

Após a oferta da disciplina de introdução à norma RDA para 9 turmas, observou-se que o uso do manual da Mering (2014) é eficiente e de fácil compreensão pelos alunos. Entretanto, a maior dificuldade tem sido a tradução dos exercícios para o português. Nos dois primeiros anos de oferta da disciplina os exercícios foram realizados com citação de obras em língua inglesa. Aos poucos essas citações foram sendo traduzidas, mas o ideal seria substituir

as obras citadas nas atividades por obras existentes no Brasil. Mas isso demanda tempo e colaboração de diferentes docentes, pois as novas obras escolhidas necessitam ter os mesmos elementos das propostas originalmente nas atividades.

Um ponto muito positivo dos exercícios propostos por Mering (2014) é que são passíveis de ser realizados apenas com a navegação pelo sumário da RDA, disponível gratuitamente no RDA toolkit, o que desonera os cursos de biblioteconomia brasileiros da assinatura da RDA para uso acadêmico.

A questão do controle de autoridade é um ponto que necessitaria de mais aprofundamento e do desenvolvimento de atividades mais consistentes. Um tópico fundamental que não é abordado no manual de Mering (2014), mas que demanda discussões em sala é refletir acerca das opções de padrões de metadados que estão sendo utilizados na implementação da RDA, além do formato MARC.

Portanto, duas questões importantes para a formação do bibliotecário brasileiro necessitam de maior enfoque nos cursos de biblioteconomia: a gestão da implementação que envolve além da elaboração de uma política de catalogação, outros pontos relativos a treinamento de pessoal, capacidade tecnológica da instituição, suporte técnico de empresas de software, entre outros; e a importância de se estudarem outros padrões de metadados para essa implementação, de forma a analisar e avaliar os prós e os contras de se continuar com o formato MARC ou migrar para um padrão mais adequado ao ambiente web.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION; CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS (GRÃ-BRETANHA). JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA: resource description & access**. [S. l.], 2016. Versão em espanhol. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 01 jan. 2016.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. **DCMI: Frequently Asked Questions (FAQ)**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <http://dublincore.org/resources/faq/>. Acesso em: 2 ago. 2011.

KAUFMAN, Kenley. **Metadata Object Description Schema (MODS)**. [s. l.], 2014. . Apresentação PowerPoint. Disponível em: <http://www.slideserve.com/kenley/metadata-object-description-schema-mods>. Acesso em: 04 ago. 2017.

LI, Kai. **Introduction to BIBFRAME**. [United States], 2013. Apresentação de PowerPoint. Disponível em: https://www.slideshare.net/islanderlee/introduction-to-bibframe?from_action=save. Acesso em: 04 ago. 2017.

MERING, Margaret. **The RDA workbook**: learning the basics of Resource Description and Access . Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

Ensino do código RDA: processos e desafios na implantação no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás

*Teaching the RDA code: processes and challenges in
implementation in the Librarianship course of Goiás
Federal University*

Filipe Reis

Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3400342257925895>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1446-6982>

E-mail: filipe.reis17@gmail.com

Luciana Candida da Silva

Professora Adjunta na Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0015703017828385>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0729-3339>

E-mail: candida.luciana@gmail.com

Resumo

O Resource Description and Access (RDA) é o código de catalogação projetado para atender a demanda do ambiente digital. Este estudo tem como objetivo analisar a implantação do ensino do RDA no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Para tanto, descreveu o processo e os desafios de criação da disciplina Representação Descritiva III, para contemplar o ensino dos modelos conceituais e do código RDA. Com uma abordagem qualitativa, caracterizada por ser exploratória e descritiva, usou-se a observação participante como método para analisar o processo de implementação da disciplina Representação Descritiva III. Percebeu-se que, apesar dos desafios à inserção dessa disciplina na formação dos futuros bibliotecários da UFG, ela tem sido essencial para garantir a formação atualizada e possibilitar ao catalogador orientação concreta para corresponder às necessidades do usuário e registrar dados que coincidam com suas tarefas específicas.

Palavras-chave: Ensino do RDA. Representação Descritiva. Catalogação. Biblioteconomia da UFG.

Abstract

Resource Description and Access (RDA) is the cataloging code designed to digital demand. This study aims to analyze the insertion of RDA in the curriculum of the Librarianship course of the Universidade Federal de Goiás (UFG). This text describes the process and challenges of the creation of a specific course to teach RDA. With a qualitative approach, characterized by being exploratory and descriptive, participant observation was used as a method to analyze the implementation process of Descriptive Representation III. It was noticed that despite the challenges to the insertion of this discipline in the training of the future librarians of the UFG, it has been essential to guarantee the updated formation

and to allow the cataloger concrete guidance to correspond to the needs of the user and to register data that match the specific tasks of the user.

Keywords: Teaching the RDA. Descriptive catalogue. Cataloguing. Librarianship of UFG.

1 Introdução

O uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação motivou a proliferação de novos tipos de publicações em diferentes suportes de conteúdo, passando de registros predominantemente físicos para o ambiente digital, exigindo mudanças nos processos de catalogação. Essas mudanças podem ser observadas na definição de Mey e Silveira (2009) ao enfatizarem que a catalogação que era realizada com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, passa a ser com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos. A evolução da catalogação encontra-se pautada em princípios, instrumentos, padrões, modelos e tecnologias. Entre os instrumentos está o código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA) desenvolvido com o objetivo de alinhar os princípios de catalogação às demandas do ambiente digital e às necessidades atuais dos usuários.

O RDA apresenta um conjunto de elementos e diretrizes para descrever objetos tradicionais e digitais, dentro e fora do contexto de bibliotecas. Segundo o *RDA Steering Committee* (RSC) (2018), o RDA foi desenvolvido pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA*, atualmente mantido pela RSC, para substituir as *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition, revised 2002* (AACR2r), publicadas pela primeira vez em 1978, consideradas inflexíveis e com a linguagem desatualizada para o momento atual. Em contraste com o AACR2 que se sustentou no fornecimento de regras para tipos de materiais específicos e para designações gerais de materiais, a estrutura do RDA é baseada nos modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e seus relacionamentos. Segundo Oliver (2011, p. 34), os modelos conceituais são importantes na medida em que se “[...] baseiam na análise de dados bibliográficos e de autoridade reais e oferecem uma representação coesa e bem fundamentada da natureza dos dados.”

No âmbito acadêmico, Reis e Silva (2018) mostram que poucas instituições brasileiras aderiram ao RDA no ensino da catalogação. No entanto, diante das necessidades de mudanças e benefícios apresentados nas normas deste código, a Universidade Federal de Goiás (UFG) incluiu o ensino do RDA, em seu contexto teórico e prático, na disciplina Representação Descritiva III, sendo ministrada a partir de 2017. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o processo de implantação do ensino do código RDA no curso de Biblioteconomia da

UFG. Para tanto, apresenta o processo de inserção, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), do conteúdo que trata do ensino do RDA na disciplina que o abarca e busca compreender o processo de implementação dessa disciplina em sala de aula.

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência, ao passo que descreve os procedimentos adotados na implantação do ensino do RDA no curso de Biblioteconomia da UFG. Apresenta uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo-exploratório, na medida em que adotou a observação participante como método para análise do processo de implantação da disciplina Representação Descritiva III.

Espera-se que este relato possa encorajar outras instituições a adotarem o RDA no ensino da catalogação em suas graduações de Biblioteconomia e a tomarem esta experiência como ponto de partida em seus projetos de curso.

2 Ensino do *Resource Description and Access* (RDA) na UFG

As atualizações das disciplinas de Representação Descritiva do curso de Biblioteconomia da UFG são baseadas nas transformações ocorridas na catalogação para atender os novos formatos de conteúdo e acesso da informação.

Em 2011, o RDA começou a ser apresentado como parte da evolução dos códigos de catalogação, a partir da leitura de textos sobre a sua importância, estrutura teórica e relação com o AACR2. Como as ementas não contemplavam o ensino do novo código, a carga horária era insuficiente para as atividades práticas.

O currículo já não respondia às exigências de modernização do curso. O uso intensivo de tecnologias, o crescimento exponencial de novos formatos de representação e acesso à informação instigaram a reflexão acerca das mudanças contemporâneas e da responsabilidade de formar profissionais capazes de compreender as transformações atuais e críticos para adequar-se a novas demandas no contexto da representação da informação.

Assim, o processo de planejamento para atualização do conteúdo das disciplinas de catalogação se iniciou com a capacitação dos professores por meio da participação em cursos, eventos, grupos de pesquisa e publicação de artigos científicos. Em 2016, o curso de Biblioteconomia da UFG passou pela reforma curricular e um dos maiores desafios foi a ampliação da carga horária da disciplina, pois, além de novos conteúdos, não se pode deixar de contemplar o código AACR2 e o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC 21), visto que estão em pleno uso pelas bibliotecas brasileiras. Além disso, para compreender o desenvolvimento e a estrutura do RDA, é necessário o ensino dos modelos conceituais FRBR e FRAD. Segundo Oliver (2011), a chave do entendimento do RDA está em sua harmonização

com os modelos conceituais. Para Baptista (2006) os FRBR têm o propósito de tornar os registros mais coerentes e úteis aos usuários, atendendo, dessa forma, o objetivo dos esforços da catalogação.

Os conteúdos foram reorganizados em três disciplinas, com acréscimo da Representação Descritiva III, incluindo os requisitos funcionais para registros bibliográficos e dados de autoridades, padrões de metadados no domínio bibliográfico, estudo e aplicação do código RDA e as tendências em representação descritiva da informação, para a introdução das transformações da catalogação.

Após as discussões e definição de conteúdo no novo PPC do curso de Biblioteconomia da UFG, o ensino do RDA transfigura-se em realidade no segundo semestre de 2017, como parte da disciplina Representação Descritiva III. Esta disciplina contém 64 h/a e visa contemplar aspectos teóricos e práticos da catalogação com uso do RDA em MARC 21. A disciplina dividiu-se em três módulos: 1 - Catalogação: história, princípios e modelos conceituais; 2 - Metadados no domínio bibliográfico; 3 - *Resource Description and Access*.

No primeiro módulo, buscou-se, de forma crítica e analítica, elucidar os ditames contextuais de atualização da catalogação. Trabalhou-se com o percurso histórico da catalogação, com a Declaração de Princípios Internacionais da Catalogação e com os modelos conceituais FRBR e FRAD. Vale ressaltar, que o modelo conceitual Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD) não foi contemplado nessa disciplina que trata da representação descritiva.

No segundo módulo, tratou-se dos metadados para domínio bibliográfico visando a atualização e análise dessa temática em tempos de transição do código AACR2r para o RDA. Nessa perspectiva, discutiram-se os tipos, características, funções, aplicações e importância dos metadados, além de expor os padrões de metadados e introduzir sobre o novo modelo de dados que possibilitam a descrição formal dos relacionamentos entre os recursos BIBFRAME.

A partir da fundamentação anterior, chega-se ao terceiro módulo com o embasamento necessário para compreender o código RDA. Nesse módulo, buscaram-se diferenças e aproximações entre o AACR2r e o RDA, as estruturas e princípios, as relações no RDA: tipologias e sintaxes, os atributos das entidades e o controle de autoridades. Após este embasamento, passou-se para as práticas laboratoriais de catalogação com uso do código RDA.

A dinâmica das aulas práticas ocorreu por meio da descrição física de documentos segundo a estrutura do RDA. Foram desenvolvidas planilhas com os principais campos do MARC 21 bibliográfico e de autoridade, com ênfase nas entidades, atributos e relacionamentos necessários para um recurso ser recuperado, destacando as mudanças entre os códigos

AACR2r e RDA em cada nova regra, campo e subcampo adicionados no formato MARC para atender a nova estrutura. Estas planilhas foram preenchidas manualmente, sem o uso de sistemas de gerenciamento de acervos e com consultas ao *RDA Toolkit* e ao site da *Library of Congress* para informações sobre o MARC 21.

Nesse contexto, acredita-se que essa disciplina garanta uma atualização das discussões e práticas da catalogação, compreendendo assim, o papel da formação de novos profissionais competentes às novas realidades da organização do conhecimento.

Esse contexto de formação pode possibilitar ao catalogador a orientação concreta para corresponder às necessidades do usuário e registrar dados que coincidam com as tarefas específicas do usuário, sendo que a implementação do novo código garante uma receptividade às necessidades dos usuários, aumenta a precisão de pontos de acesso autorizados, amplia os tipos de recursos para catalogação, e é harmonizado com normas internacionais de metadados, com os modelos conceituais FRBR e FRAD e com os Princípios Internacionais de Catalogação (OLIVER, 2011).

Nesse trajeto, alguns desafios surgiram para o ensino da Representação Descritiva III. Podemos começar pela cultura pedagógica de considerar o curso excessivamente técnico, provocando questionamentos por parte dos professores sobre a necessidade de mais uma disciplina de representação descritiva. Outro desafio foi o suporte bibliográfico que a universidade proporciona para o ensino. As bibliotecas da UFG não dispunham do código RDA impresso e nem da assinatura do *RDA Toolkit*, no momento da oferta da primeira turma da disciplina. A turma, com 43 discentes matriculados, teve acesso ao código por meio da opção teste (*Free trail*), temporária por um mês, e disponibilizada gratuitamente pelo site para que as pessoas conheçam a plataforma. Ou seja, apenas quatro aulas contemplaram o uso de fato do código em sala, isso se não houver impossibilidade de encontro em alguma semana. Além disso, na UFG os laboratórios não contavam com máquinas suficientes para todos os estudantes e nem com número de professores suficiente para divisão da turma, impactando diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Outro desafio captado foi o das línguas apresentadas pelo código. Apesar do acesso ao RDA pelo *RDA Toolkit* permitir a visualização das regras em algumas línguas, não há versão em português. Isso foi complicado, pois a maioria dos estudantes não apresentava conhecimentos da língua inglesa e muitos se aventuravam na versão da língua espanhola que é mais próxima da língua nativa dos discentes; contudo, a falta de conhecimento dessa língua pode provocar interpretações equivocadas das regras do RDA.

3 Considerações Finais

Apesar dos desafios na implementação da disciplina sobre RDA no curso de Biblioteconomia da UFG, nota-se que a inserção dessa disciplina garantiu, no mínimo, a atualização da formação dos bibliotecários do estado de Goiás, a possibilidade de aperfeiçoamento nos processos de catalogação entre outros e a consolidação dos conhecimentos de catalogação com AACR2r em MARC 21 no processo de aprendizagem dos discente ao longo da graduação, pois durante o estudo da disciplina de Representação Descritiva III, vários pontos das disciplinas de Representação Descritiva I e II foram comparados e retornados.

Pretende-se realizar a análise do ensino do RDA na UFG, a partir da percepção dos alunos que já tiveram aulas de AACR/MARC e RDA/MARC para observar a evolução do aprendizado e melhorar a oferta do conteúdo, bem como justificar a aquisição de recursos humanos, físicos e tecnológicos necessários à qualidade do ensino e pesquisa na área.

Apesar dos esforços em oferecer conteúdo atualizado, ressalta-se a necessidade da formação constante dos profissionais em catalogação, seja por meio da participação em eventos, cursos, leituras ou troca de experiência entre colegas. Isto porque, os avanços tecnológicos têm impacto direto na representação da informação tornando a formação universitária insuficiente e inacabada. As mudanças nos suportes de publicação da informação demandam alterações de formatos, códigos, sistemas e políticas de catalogação. Os professores de catalogação da UFG entendem que provocar discussões críticas em torno dos princípios e instrumentos da catalogação em cada etapa do processo da catalogação pode proporcionar ao discente independência na busca e atualização do conteúdo e adequar-se às demandas e especificidades de cada mercado.

Espera-se que as experiências aqui relatadas possam colaborar para outros cursos de biblioteconomia iniciarem o ensino do código RDA e tornar a sua adoção efetiva pelas bibliotecas brasileiras.

Referências

BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Informação & Informação**. Londrina, v. 11, n.1, jan./jun. 2006.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

RDA Steering Committee. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.rda-rsc.org/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

REIS, Filipe; SILVA, Luciana Candida. Mapeamento do ensino do código de catalogação RDA nas graduações brasileiras de Biblioteconomia: uma análise dos cursos das universidades federais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador – BA. **Anais** [...]. Salvador: FEBAB/CBBU- SIBI/UFBA, 2018. p. 255-269.

O contexto tecnológico do desenvolvimento do RDA

The technological context of the development of the RDA

Raildo de Sousa Machado

Mestrando em Ciência da Informação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
Bibliotecário-Documentalista na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9586215965015886>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6584-6259>

E-mail: raildomachado4@gmail.com

Zaira Regina Zafalon

Doutora em Ciência da Informação e Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1584935790390793>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4467-2138>

E-mail: zzafalon@gmail.com

Resumo

Tendo o processo de revisão do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2) e, consequentemente, o desenvolvimento do *Resource Description and Access* (RDA) como tema desta pesquisa, avalia-se a relação entre a catalogação e as alterações tecnológicas, vivenciadas nas últimas décadas. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o contexto tecnológico do desenvolvimento do RDA. Para tanto, recorre-se aos objetivos específicos de [1] identificar a correlação entre tecnologias, catalogação e seus instrumentos; e [2] avaliar a influência das tecnologias no desenvolvimento do RDA. Com objetivos descritivos e exploratórios, essa pesquisa tem abordagem qualitativa e natureza aplicada.

Palavras-chave: Catalogação. Tecnologia. AACR2. RDA.

Abstract

The process of revision of the Anglo-American Cataloging Code, 2nd edition (AACR2) and, consequently, the development of Resource Description and Access (RDA) as the theme of this research, evaluates the relationship between cataloging and technological changes, the last decades. The general objective of this research is to analyze the technological context of the development of the RDA. To do so, it is used the specific objectives of [1] to identify the correlation between technologies, cataloging and their instruments; and [2] to assess the influence of technologies on RDA development. With descriptive and exploratory objectives, this research has a qualitative approach and applied nature.

Keywords: Cataloguing. Technology. AACR2. RDA.

1 Introdução

As tecnologias, assim como os seus avanços, provocam mudanças em todos os setores da sociedade e nas suas diversas práticas e teorias. Assim é com a catalogação, que tem o seu

desenvolvimento de cunho prático marcado historicamente pelo uso e pela adaptação de suas técnicas às tecnologias. Conceitos e ações de organização e representação da informação têm relação intrínseca com o fluxo informacional nas unidades de informação, o que denota a necessidade de adequação do *modus operandi* da produção, armazenamento, recuperação e uso da informação, bem como a padronização das formas de representar e apresentar registros documentais. Os recursos informacionais, outrora predominantemente analógicos e de acesso físico, têm agora novos suportes, frutos de aplicações tecnológicas que marcam o tipo do suporte, a forma de registro dos dados nestes suportes, o modo de armazenamento e de acesso, que, pela versatilidade de inovação e constantes alterações, requerem a avaliação quanto aos padrões e códigos de catalogação, aos conceitos e práticas envolvidas nesse processo, e a relação e a repercussão com os usuários.

Com base nestas considerações preliminares questiona-se: qual a relação das inovações tecnológicas, vivenciadas nas últimas décadas, com a atualização do AACR2 e, posteriormente, o desenvolvimento do RDA? Daí a definição do objetivo geral desta pesquisa de analisar o contexto tecnológico do desenvolvimento do RDA. Para tanto, recorre-se aos objetivos específicos de [1] identificar a correlação entre tecnologias, catalogação e seus instrumentos; e [2] avaliar a influência das tecnologias no desenvolvimento do RDA.

Com objetivos descritivos e exploratórios, essa pesquisa tem abordagem qualitativa e natureza aplicada.

2 Referencial teórico e discussão

Coyle e Hillman (2007) afirmam que, em ambientes informacionais digitais, a catalogação é uma das atividades em que o avanço tecnológico causou as maiores mudanças, inclusive com consequência nos catálogos. Isso se deu por conta de as regras outrora criadas com a finalidade de gerar registros catalográficos de materiais impressos para serem inseridos em e comporem catálogos em fichas já não atenderem a demanda atual. Está posta a necessidade de a catalogação acompanhar os avanços tecnológicos, de repensar as demandas dos usuários e a sua forma de interagir nos sistemas automatizados de busca e recuperação da informação, da dinâmica de organização, representação e acesso à informação: conceitos e regras que consolidam a elaboração de registros catalográficos, o uso e reuso dos metadados criados, e o desempenho dos catálogos precisam ser adequados à nova realidade.

Por conta da associação das tecnologias na elaboração de registros bibliográficos, no gerenciamento dos catálogos, no processamento das solicitações dos usuários pelos bancos de dados, na definição de templates de apresentação de resultados de busca e em sua (re)

configuração por opções feitas pelos próprios usuários, as limitações das fichas catalográficas e as regras vigentes já não eram aplicáveis também aos novos suportes informacionais.

O AACR foi publicado em 1967, após uma revisão do Código da *American Library Association* (ALA), adaptando-o aos princípios discutidos em 1961, na Conferência Internacional sobre os Princípios da Catalogação (SOUZA, 1997). O AACR supriu as necessidades que lhe cabiam naquele período específico. Isso mostra que catalogação, seus instrumentos, e tecnologias correlacionam-se.

Com os avanços tecnológicos e, conseqüentemente, as novas formas de produção, armazenamento e uso da informação, surge a necessidade de revisão e adequação do AACR. Hitchens e Symons (2009), ao discorrerem sobre as razões que levaram à atualização do AACR para o AACR2, apontam que os mesmos motivos que, em tempos remotos, induziram o melhoramento do AACR para o AACR2, agora levaram a repensar o RDA: o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos materiais não-livros. Os autores lembram, porém que na ocasião da atualização do AACR não houve preocupação com o potencial da tecnologia em ascensão. Destarte, Coyle e Hillmann (2007) enfatizam que a publicação do AACR2 ocorreu às vésperas da grande mudança tecnológica: o computador e a rede eletrônica, fato que evidencia que atualizações do AACR2 logo seriam requeridas. A história do vínculo entre catalogação, catálogos e tecnologias se repete: a transição do AACR2 para o RDA é motivada pelos mesmos agentes das alterações anteriores: inovações tecnológicas e seus efeitos tanto na elaboração dos catálogos quanto no uso destes por parte dos usuários.

Elaborado como um código para catalogar materiais impressos, o AACR2 passou por várias atualizações com a finalidade de melhorar seu desempenho e oferecer regras para o registro de maior gama de suportes, por isso a publicação do AACR2r (revisão de 2002, e publicação da versão brasileira em 2004). Segundo Oliver (2011, p. 3) “um grande obstáculo com que se defrontaram as AACR foi a descrição de novos tipos de recursos. [...] Esta limitação dificultou a extensão das regras das AACR2 para incluir a descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos”.

Em busca de adaptações para o AACR2r, assim como um acréscimo de regras com a finalidade de adaptá-las às mídias atuais, iniciou-se uma revisão que resultaria no AACR3, e que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* (WEISS; LARKIN, 2006). Mey e Silveira (2009, p. 90) ressaltam que tal revisão “provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, no desenvolvimento de um sucessor do AACR2, o RDA”. Sob o encargo do, agora, *Joint Steering Committee for Development of RDA*, este padrão pretende atender as demandas oriundas do contexto tecnológico vivenciado nas últimas décadas.

Assim é concebido o RDA, um padrão com pretensão internacional, desenvolvido com vistas às necessidades emergentes dos usuários do catálogo e marcadamente voltado para a descrição e acesso à informação, direcionado para o ambiente digital, com diretrizes pautadas em atender a demanda que o AACR2 já não supria. Para Oliver (2011, p. 2), o RDA tem a finalidade de proporcionar os “princípios e as instruções para registro de dados de recursos hoje conhecidos e os que venham a ser desenvolvidos”. Com esse entendimento Tillett (2013) ressalta que o RDA faz parte de um movimento com o propósito de olhar, participar e destinar-se ao ambiente digital vigente e que não esteja preso às tecnologias de um tempo passado. O RDA, entre outras justificativas, propõe-se a ser um conjunto com orientações que também contemplem conteúdos e suportes futuros, como confirma Oliver (2011, p. 3) ao afirmar que o RDA “oferece os princípios e as instruções para registro de dados sobre recursos hoje conhecidos e os que ainda venham a ser desenvolvidos”.

Para além disso, o RDA não destina-se apenas a bibliotecas. Com estrutura flexível e extensível, o RDA aspira comportar a descrição e o acesso a recursos de bibliotecas e de “outras comunidades ligadas ao patrimônio cultural, como arquivos, museus ou repositórios digitais” (OLIVER, 2011, p. 4).

3 Considerações finais

É certo que os avanços tecnológicos continuarão com seu caráter simbiótico ao comportamento humano e às atividades de organização e representação da informação e que, ao longo dos anos, outras demandas e novas formas de suprir tais necessidades surgirão.

Este estudo, desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Aplicação de dados e metadados em contextos de ciência e inovação”, abordou questões relacionadas às tecnologias empregadas na organização e representação da informação e o desenvolvimento do RDA, assim como a necessidade de representar e apresentar os novos tipos de conteúdos e suportes informacionais. O estudo buscou discorrer brevemente sobre as questões que envolvem o RDA e como a tecnologia influenciou o desenvolvimento da catalogação, de seus instrumentos e dos catálogos. Ressalta-se que as alterações ocorrem principalmente em decorrência das formas com que os usuários acessam e usam a informação, em seus diversos formatos de suportes e conteúdos.

Referências

COYLE, Karen; HILLMAN, Diane. Resource Description and Access (RDA): Cataloging Rules for the 20th Century. **D-Lib Magazine**, Estados Unidos, v. 13, n. 1/2, jan./fev. 2007. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html?ref=SaglikAlani.Com>. Acesso em: 24 set. 2017.

HITCHENS, Alison; SYMONS, Ellen. Preparing Catalogers for RDA Training. **Cataloging & Classification Quarterly**, [United Kingdom], v. 47, n. 8, p. 691-707, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolotti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

SOUZA, Denise Helena Farias de. **Códigos de catalogação: uma abordagem histórica**. Belém: UFPA, 1997.

TILLET, Barbara. RDA and the semantic web, linked data environment. **JLIS.it.**, Itália, v. 4, n. 1, p. 139-145, jan. 2013.

WEISS, Paul; LARKIN, Molly. AACR3 is coming: what is it? **The Serials Librarian**, [s. l.], v. 50, n. 3-4, p. 285-294, 2006.

Ponto de acesso para pessoa: uma análise dos requisitos do FRAD e RDA

Authorized access point for person: an analysis of the requirements of FRAD and RDA

Rene Faustino Gabriel Junior

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação e Ciência da Informação (PPGCIN) e do curso de Biblioteconomia da UFRGS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5900345665779424>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1021-3360>

E-mail: rene.gabriel@ufrgs.br

Maurício Coelho da Silva

Aluno de Iniciação Científica do curso de Biblioteconomia da UFRGS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6047555353386521>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7923-9457>

E-mail: mauriciocoelho.hlp@gmail.com

Caterina Groposo Pavão

Profa. Dra. do curso de Biblioteconomia da UFRGS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4834791532698069>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3712-7200>

E-mail: caterina@cpd.ufrgs.br

Resumo

O RDA já foi disponibilizado há quase dez anos, entretanto poucas bibliotecas e bibliotecários utilizam a ferramenta em seus catálogos. O objetivo deste trabalho é analisar a entidade Pessoa (Person) do FRBR/FRAD de forma a possibilitar a criação de um catálogo de autoridade pessoa que possa ser utilizado tanto em catálogos MARC como em catálogos FRBR com o uso do RDA. Na análise considerou-se que a entidade pessoa deve ser dividida em quatro grupos, os permanentes, os pessoais, os acadêmicos e profissionais, e os que possibilitam a interligação com o Linked Data. Sendo essa última essencial para interoperabilidade com outras bases de dados conectadas com a Web Semântica. Considera-se que o estudo apresentado levanta pontos importantes que se deve utilizar para futuras migrações dos catálogos atuais para o modelo FRBR.

Palavras-chave: Controle de autoridade. FRBR. RDA.

Abstract

The RDA has been available for almost ten years, however few library and librarians use the tool in their catalogs. The objective of this work is to analyze the FRBR / FRAD Person entity (Person) in order to create a Person Authority Catalog that can be used both in MARC catalogs and FRBR catalogs with the use of the RDA. In the analysis it was considered that the person entity should be divided into four groups, permanent, personal, academic and professional, and what makes possible the interconnection

with Linked Data. The latter is essential for interoperability with other databases connected to the Semantic Web. It is considered that the presented study raises important points that should be used for future migrations from the current catalogs to the FRBR model.

Keywords: Authority control. FRBR. RDA.

1 Introdução

A ideia de um novo código de catalogação surgiu em 1997, na *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*. (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2009). Neste contexto, surge o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), um modelo conceitual baseado em Entidade-Relacionamento, com a definição de entidade, atributos e relacionamento. Sendo a entidade uma “coisa” do mundo real ou abstrato que é composta de atributos, de forma a torna-la unívoca. Os atributos são suas características ou propriedades descritivas. Enquanto o relacionamento é uma associação entre uma ou várias entidades (CHEN, 1990).

Em 2009, a IFLA publicou o *Functional Requirements for Authority Data: A Conceptual Model*, descrevendo as entidades do Grupo 2 ou FRAD, do qual fazem parte as entidades Pessoa (*Person*), Família (*Family*) e Instituição corporativa (*Corporate Body*) (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009).

Em junho de 2010, o RDA foi lançado como uma ferramenta on-line em substituição ao AACR2r. O RDA Toolkit é acessível por meio de um navegador mediante assinatura, e oferece acesso ao RDA e a um conjunto de ferramentas para os catalogadores (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013).

Este trabalho tem como objetivo analisar a entidade Pessoa (*Person*) do FRBR/FRAD de forma a possibilitar que um catálogo de autoridade para pessoa possa ser implementado tanto em catálogos MARC como em catálogos FRBR com o uso ou não do BIBFRAME 2.0.

O estudo caracteriza-se como exploratório, buscando identificar métodos de descrição de entidade Pessoa para construção de uma base de dados utilizando FRBR e RDA (MORENO; LIMA, 2013).

De forma a possibilitar o uso do RDA no MARC, a *Library of Congress* (LC) incorporou e atualizou novos campos de descrição no MARC 21, de forma a atender e compatibilizar os catálogos já existentes para migrações utilizando o FRBR/BIBFRAME 2.0. O Quadro 1 apresenta os campos incorporados no *MARC Authority* para pessoas, de forma a adaptar essas necessidades.

Quadro 1 - Campos do MARC21 adicionados para o uso do RDA

| Campo | Tipo | Descrição | MARC21 para RDA |
|--------------|----------------------------------|---|---|
| 046 | Datas associadas ao nome | Data de nascimento Data de falecimento | 046 ## \$f 1980 \$g 2018-10-10 100 1# \$a Fulano \$d 1980-2018 |
| 368 | Outros dados associados a pessoa | Título da pessoa | 046 ## \$f 0354-11-13 \$g 0430-09-28 100 0# \$a Agostinho \$c Santo, \$d 354-430 368 ## \$c Santo \$s 1928 |
| 371 | Endereço | Descreve os endereços da pessoa, podendo incluir a data de entrada e saída. | 371 ## \$a Avenida Brasil, 1889, \$ Brasília \$c DF \$d Brasil \$e 70049-970 \$s 2015-01-01 \$t 2018-12-31 |
| 372 | Campo de atividade | campo de atuação, área de especialização | 372 ## \$a Ciência da Informação \$s 2008 |
| 373 | Grupos associados | Descreve grupos, instituições ou associações com as quais a pessoa é ou foi afiliada, podendo incluir datas para diferentes afiliações | 100 1# \$a Fulano \$d 1985 373 ## \$a Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul \$s 2005 \$t 2010 373 ## \$a Faculdade de Ciência da Informação (CI), Universidade Federal de Santa Catarina \$s 2010 |
| 374 | Ocupação | Descreve a profissão ou ocupação da pessoa, incluindo data indicando início e fim da atuação | 374 ##a Bibliotecário \$s 2012 \$t 2018 |
| 375 | Gênero | Gênero com o qual a pessoa se identifica, podendo indicar possíveis mudanças de gênero | 100 1# \$a Fulano \$d 1996 375 ## \$a Feminino \$s 1996 \$t 2012 375 ## \$a Masculino \$s 2012 |
| 376 | Informações da Família | Informações sobre famílias, incluindo tipo de família, membros relevantes da família e título hereditário | 100 3# \$a Fulano \$d 1995 370 ## \$c Japão 376 ## \$a Família |
| 378 | Nome completo | Nome usado para distinguir uma pessoa de outra pessoa com nome semelhante, também utilizado quando a pessoa é representada apenas por iniciais ou abreviações como nome preferido | 100 1# \$a Fagundes, P. E. \$q (Pedro Ernesto) 378 ## \$q Pedro Ernesto 100 1# \$a W. V \$q (Waldomiro Vergueiro) 378 ## \$q Waldomiro Vergueiro |

Fonte: Adaptação dos autores baseado em LC, 2019.

Pode-se observar que os campos incorporados estão diretamente relacionados a contextualização da pessoa, com atribuição de propriedades que possam cada vez mais diferenciá-las, tornando-se únicas.

Entretanto alguns detalhes destacam-se nestes campos, como a inclusão de subcampos \$s e \$t que representam o início e fim de uma descrição. Como por exemplo, na biografia de uma pessoa, o gênero de uma pessoa não é um atributo fixo, podendo variar no decorrer de

sua vida, possibilitando então o registro do início e fim desse período. O mesmo acontecendo com outras informações como ocupação, campos de atividades, endereço entre outros.

No modelo FRAD (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009) a entidade pessoa tem seus atributos descritos de forma mais ampla, possibilitando a incorporação de diversos elementos, dos quais estão destacados: datas associadas ao nome; título da pessoa; gênero; local de nascimento e falecimento; país com o qual a pessoa se identifica, local onde a pessoa reside ou residiu com pais, estado, cidade, entre outros; afiliação institucional ou cultural; endereço de residência ou institucional, como endereço, cep, telefone, e-mail entre outros; idiomas utilizados nos textos; campo de atividade da pessoa; profissão e ou ocupação; sua biografia; e ainda outras informações associadas a pessoa, como santo, espírito, Jr. e notas sobre a pessoa.

No BIBFRAME 2.0 o FRAD está descrito como Agente (*Agent*), reunindo as entidades Pessoa, Família, Organização, Jurisdição e Reunião ou Encontro. O BIBFRAME estrutura a descrição de Pessoa conforme a Ontologia do *Friend of a Friend* (FOAF). Esta ontologia difere em vários atributos de MARC21 e do FRAD.

De forma a analisar sistematicamente estes atributos, eles foram agrupados em quatro grupos distintos. O primeiro nomeado com “Atributos Permanentes” por serem considerados os únicos que não sofrerão modificações dentro do catálogo. O segundo grupo nomeado de “Atributos Pessoais” refere-se aos dados da pessoa, como o nome preferencial (ou social) pelo qual a pessoa é conhecida, suas variações de nomes, incluindo abreviaturas, nomes de solteira(o), idiomas, locais de moradia, gênero (sexo) e *e-mail*. Diferente do grupo anterior, essas informações podem ser modificadas conforme o catálogo vai evoluindo. Alguns atributos devem estar associados a datas, com a determinação de início e fim, como o caso de moradia ou gênero da pessoa.

Figura 1 – Atributos para descrição de uma entidade pessoa



Fonte: Autor (2019).

O grupo de Atributos Profissionais e Acadêmicos é o que define a formação educacional e desenvolvimento da carreira profissional, com a indicação da profissão, campos de atividades da pessoa e período de cada atividade. Importante ressaltar que essas informações, devem, preferencialmente, ser identificadas pelo início e fim do período.

O último grupo, Atributos Linked Data, refere-se à Identificador de Entidade (*Entity Identifier*), incorporado no FRBR em 2009, que vincula um código ou uma outra designação com um tipo de identificador. Na análise considerou-se que estes atributos podem e devem ser ligados aos princípios do *Linked Data* de forma a trocar informações com outras bases de dados, como: Vial, OrcID, ResearchID, Lattes, ISNI entre outras. Esse vínculo com bases de dados externas possibilita importar ou interligar informações de outros catálogos ao controle de autoridade, de forma automática. Destacando que estes vínculos devem seguir o princípio do Identificador de Recursos Universal (URI) e devem ser persistentes.

O conhecimento e a integração dessas novas ferramentas de catalogação são essenciais para desenvolver bases de dados que compreendam as necessidades dos usuários e as torne mais efetivas a sua apropriação do universo bibliográfico. Os modelos estruturam informações que identificam a univocidade das pessoas nos registros de autoridade por meio de seus atributos pessoais, as diferenciando. No contexto atual, o controle de autoridade para pessoa precisa ser estruturar os dados para permitir o compartilhamento com outros catálogos e sistemas de informação como OrcID, ResearchID, ISNI, entre outras.

Referências

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p203.

CHEN, Peter. **Modelagem de dados**: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Makron, 1990.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS (FRANAR). **Functional requirements for authority data**: a conceptual model. München: K.G. Saur Verlag, 2009.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **International Conference on the Principles and Future Development of AACR**. Toronto, Canadá, 1997. Last updated: 1 July 2009. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/intlconf1.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

LIBRARY OF CONGRESS. **RDA in MARC**. [S. l.], July, 2014. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/RDAinMARC.html>. Acesso em 04 jan. 2019.

MORENO, Fernanda Passini; LIMA, João Alberto de Oliveira. FRBRrização de um catálogo. **Biblios**, Peru, n. 50, p. 39-51, 2013. DOI: 10.5195/biblios.2013.76

Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA¹

Premises normative for the political construction of cataloging in RDA

Cleide Vieira de Faria

Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento (2018), Especialização em Gestão Estratégica da Informação (2010) e Bacharel em Biblioteconomia (2004) pela Escola Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. É Bibliotecária-Documentalista, desde (2008) e exerce a função de coordenação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6539667069918494>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4472-9429>

E-mail: cleidevf@gmail.com

Cíntia Azevedo Lourenço

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2005, Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1998, Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas. Atualmente é Professora Associada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora participante dos Grupos de Pesquisa: MHTX e RECRI.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8222736336322955>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2172-7300>

E-mail: cal@eci.ufmg.br

Resumo

O estudo objetivou estabelecer premissas normativas como subsídios para a construção da política de catalogação em RDA para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de caso, que usou dados como instrumentos de coleta: pesquisa bibliográfica, questionário e entrevista com grupos focais. Identificou-se que, das regras da RDA pesquisadas, Uso de maiúsculas, Indicação de responsabilidade de obras colaborativas e Elementos essenciais foram as regras apontadas para serem padronizadas na política de catalogação da instituição. A regra Indicação de edição foi considerada sem necessidade de padronização na política de catalogação. E foram consideradas indefinidas as regras Indicação de responsabilidade, Extensão e as regras para categorização de recursos (Tipo de conteúdo, Tipo de suporte e Tipo de mídia). Conclui-se que é necessário que a equipe responsável pela elaboração da política de catalogação tenha experiência na atividade de catalogação, conhecimento da RDA e AACR e capacidade de visualização no catálogo dos benefícios alcançados pelos usuários com a nova norma.

Palavras-chave: Catalogação. Código de Catalogação. Recursos: Descrição e Acesso. RDA. Política de Catalogação.

¹ Relato de experiência que aborda os resultados encontrados na dissertação intitulada “Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso do Sistema de Bibliotecas da UFMG” – defendida no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola Ciência de Informação da UFMG.

Abstract

The study aimed to establish normative premises as subsidies for the construction of the cataloging policy in RDA for the Library System of the Federal University of Minas Gerais. It is a case study, which used as data collection instruments: bibliographic research, questionnaire and interview with focus groups. It was identified that, from the RDA rules researched, the use of capitalization, statement of responsibility for collaborative works and essential elements were the rules pointed out to be standardized in the Institution's cataloging policy. The rule statement of editing was considered without the need for standardization in the cataloging policy. And, the rules of statement of responsibility, extension and the rules for categorization of resources (content type, media type and type of media) were considered indefinite. It is concluded that it is necessary that the team responsible for the elaboration of the cataloging policy has experience in the cataloging activity, knowledge of the RDA and AACR and capacity of visualization in the catalog of the benefits achieved by the users with the new standard.

Keywords: Cataloguing. Cataloging Code. Resource: Description and Access. RDA. Cataloging Policy.

1 Introdução

Resource Description and Access (RDA), tradução Recursos: Descrição e Acesso² (RDA), são normas e orientações para catalogação que padronizam a descrição de dados dos recursos informacionais nos Sistemas de Recuperação de Informação das bibliotecas, arquivos e museus. A nova norma³ foi lançada em 2010, em substituição ao *Anglo-American Cataloguing Rules, second edition revised*, (AACR2R).

Tillett (2016, p.9) explica que a norma “[...] é uma ferramenta baseada na *Web* que foi otimizada para ser usada como um produto on-line”. Além disso, o principal objetivo da RDA é melhorar a forma da representação, bem como repensar o acesso e a recuperação de todos os tipos de recursos informacionais registrados nos catálogos on-line, objetivando atender aos usuários.

No entanto, apesar das vantagens apresentadas pela nova norma, a sua implantação se configura como um desafio, já que, em geral, o processo de implantação envolve: a introdução da RDA para a equipe; a definição das práticas de catalogação locais; as alterações e a atualização no sistema de recuperação da biblioteca; o tratamento da situação dos registros antigos; os custos da assinatura da nova norma; os custos para treinamentos com a equipe e o estabelecimento de documentações e melhores práticas (MERING, 2014).

² Neste artigo, optou-se por traduzir o termo *Resource Description and Access* para Recursos: Descrição e Acesso. A escolha da tradução foi baseada na tradução do professor Antônio Agenor Briquet de Lemos para o livro – *Introdução à RDA: um guia básico* – da autora Chris Oliver.

³ Optou-se por usar o termo norma em vez de código. A escolha do termo também foi baseada na tradução do professor Antônio Agenor Briquet de Lemos e, ainda, na fala do professor Fernando Modesto – que proferiu palestra para o V Encontro do Sistema de Bibliotecas da UFMG – o qual explica que a RDA “[...] não é um código como nós conhecemos, como o AACR. Acabou aquele modelo de código de AACR. A RDA é uma norma. É outra proposta de concepção” (MODESTO, 2018).

Entre essas providências necessárias para implantação da RDA, autores como El-Sherbini (2013), Mering (2014) e Parent (2014) recomendam a elaboração da política de catalogação. A orientação decorre da configuração de algumas regras da RDA, que permitem opções, escolhas e ainda o julgamento do catalogador, requerendo o estabelecimento de decisões locais sobre as práticas de catalogação.

A política de catalogação é composta de decisões institucionais e técnicas que visam orientar o catalogador em todo o processo de catalogação e, ainda, no processo de transição entre a RDA e os códigos de catalogação anteriores. Nesse aspecto, foi relevante questionar quais são as decisões, institucionais e técnicas, provenientes da norma RDA, que devem constar na política de catalogação.

Diante dessa concepção, o estudo propôs como objetivo geral estabelecer premissas normativas como subsídios para a construção da política de catalogação em RDA para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG). E como objetivos específicos: (1) comparar as principais regras de catalogação do AACR2R que tiveram alteração na RDA; (2) identificar junto aos bibliotecários catalogadores da instituição quais das principais regras de catalogação que foram alteradas e propostas na RDA devem ser padronizadas na política de catalogação do SB/UFMG e, por último, (3) apresentar uma proposta das premissas normativas para compor a política de catalogação em RDA do SB/UFMG.

O estudo foi aplicado no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG), que ainda não adotou a RDA no processo de catalogação e que também não possui uma política de catalogação como documento formal, organizado e estabelecido, porém adota comunicados para padronizar as decisões e questões institucionais relacionadas à catalogação descritiva. Sobre o SB/UFMG, todas as 25 bibliotecas usam o Software Pergamum como Sistema de Recuperação da Informação e adotam no processo de catalogação o código de catalogação AACR2r (2002) e o formato de intercâmbio MARC 21 (*Machine Readable Cataloguing*).

A Instituição foi escolhida por ser o ambiente de trabalho da pesquisadora, o que possibilitou fácil acesso aos bibliotecários, que foram os sujeitos da pesquisa. Acreditou-se, também, que, devido à relevância da temática, o estudo seria bem acolhido, tanto pela diretoria do SB/UFMG como pelos bibliotecários catalogadores.

2 Referencial teórico

A catalogação com a norma RDA pode perder a consistência. Verifica-se que, embora as regras da RDA forneçam uma estrutura abrangente e relativamente consistente para a catalogação dos registros bibliográficos, a estruturação de algumas regras oferece opções de escolhas, que permitem a sua flexibilização e o julgamento do bibliotecário catalogador no processo de catalogação (MCCUTCHEON, 2012).

Nesse aspecto, tanto El-Sherbini (2013) como Mering (2014) concordam que, conforme foram estruturadas algumas regras da norma RDA, a catalogação pode gerar uma diversidade de práticas que irão necessitar de tomada de decisões locais. Essas decisões poderão ser definidas e registradas na política de catalogação da instituição.

Como exemplo, a RDA não estabelece níveis de descrição para a catalogação nem indica os elementos obrigatórios e os opcionais como no AACR2R. Na nova norma, a regra 0.6 Elementos essenciais estabelece que, além dos elementos considerados essenciais para a descrição dos recursos informacionais de uma obra, expressão, manifestação e item, o catalogador deverá incluir todos os elementos “*core-if*”, que são os elementos necessários, para casos específicos, que diferencia um recurso de outro que tenha identificação similar (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016). Ou seja, além dos elementos considerados obrigatórios pela RDA, cada biblioteca terá que compor a sua própria seleção de elementos, os considerados pela instituição necessários para descrição. Dessa forma, essa decisão deve ser estabelecida na política de catalogação da agência catalogadora.

Parent (2014) afirma que a instauração da política de catalogação é essencial para o êxito da implantação da nova norma, principalmente na aplicação das regras de catalogação que abrem precedente para o julgamento do bibliotecário catalogador. O autor relata também que esse aspecto que aparece nas regras da RDA abre precedentes para questionamentos e desacordos por parte da equipe de catalogação.

No entanto, McCutcheon (2012) conta que o desafio encontrado para elaborar a política de catalogação em RDA é a identificação dos tipos de decisões sobre a prática de catalogação com a RDA em todos os casos que são necessários.

Nesse aspecto, Mering (2014, 144, tradução nossa) orienta que “tanto a política de catalogação como as práticas devem ser formuladas com base em testes, discussões e treinamento da equipe”. E [...] “à medida que as decisões locais são tomadas e as práticas são estabelecidas, documentar os motivos das decisões”.

Assim sendo, percebe-se que é uma tarefa complexa identificar as regras de catalogação da RDA que podem ser padronizadas na política de catalogação da instituição e,

ainda, adotar as decisões mais adequadas para a prática de catalogação, em consonância com os objetivos da instituição e considerando os benefícios para os usuários.

3 Metodologia

O estudo realizou três procedimentos para coleta de dados: pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com grupos focais. A pesquisa foi considerada exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e com aplicação de estudo de caso no SB/UFMG. Os sujeitos foram os 77 bibliotecários catalogadores que trabalham nas bibliotecas do SB/UFMG. As etapas podem ser observadas a partir da síntese do quadro a seguir:

Quadro 1 – Etapas da aplicação dos instrumentos de coleta de dados

| Primeira etapa | |
|--|--|
| Coleta de dados | Pesquisa bibliográfica |
| Análise dos dados | Quadro comparativo das regras do AACR2 e RDA. |
| Segunda etapa | |
| Coleta de dados | Questionário |
| Análise dos dados | Análise da segunda etapa – extração das regras que foram mais recomendadas pelos bibliotecários para serem padronizadas na política de catalogação. |
| Terceira etapa | |
| Coleta de dados | Entrevista com grupo focal – discussão com os bibliotecários sobre as regras mais indicadas para serem padronizadas na política de catalogação. |
| Análise dos dados | Análise da terceira etapa. |
| Análise global com as etapas 2 e 3 | |
| Proposta das premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA do SB/UFMG | |

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme exposto no Quadro 1, a pesquisa bibliográfica elaborou um quadro comparativo com 22 regras de catalogação do AACR2R que tiveram alteração na RDA. O questionário apresentou 27 questões, sendo 4 para definir o perfil do profissional, 22 sobre as regras da RDA extraídas do quadro comparativo da primeira etapa e 1 questão sobre gestão da implantação. E foram realizados 2 grupos focais. Nos grupos foram abordadas as 7 regras mais indicadas pelos bibliotecários no questionário para serem incluídas na política de catalogação e 1 questão de gestão de implantação.

4 Resultado da análise

A efetivação da primeira etapa, a pesquisa bibliográfica, resultou em um quadro comparativo, que exibiu 22 regras em AACR2R e RDA. As regras comparadas no quadro foram: (I) Regras gerais – Uso dos colchetes; Incorreções de gravação; Abreviaturas; Uso de maiúsculas; Criação de um novo registro; Elementos essenciais para descrição; Fontes de informação; (II) Regras para descrição – Título principal; Indicação de responsabilidade; Indicação de responsabilidade e obras colaborativas; Indicação da edição; Área de publicação; Lugar, editor e data de publicação desconhecidos; Extensão; Páginas não numeradas e o termo "aproximadamente"; Folhas ou páginas de lâminas não numeradas; Categorização de recursos *versus* Designação Geral de Materiais (DGM); (III) Regras para pontos de acesso – Pontos de acesso para pessoas e órgãos corporativos; Designação de relacionamento; Partes das escrituras sagradas e acréscimos; Tratados com mais de três signatários; (IV) Regra para registro do título preferido para compilação de obras – Compilações que não possuem título coletivo.

O quadro apresenta também exemplos da aplicação das regras, incluindo os campos MARC. Esse formato possibilita melhor entendimento das mudanças das regras na RDA, tanto para a pesquisadora como para os sujeitos da pesquisa.

A realização da segunda etapa, aplicação do questionário, resultou na extração das regras apresentadas nos questionários, aquelas que foram as mais indicadas para serem padronizadas na política de catalogação da instituição. Dessa forma, as regras que obtiveram o quantitativo maior de indicações foram: Uso de maiúscula (42 apontamentos); Indicação de responsabilidade (38 apontamentos); Extensão (37 apontamentos); Indicação de edição (33 apontamentos); Pontos de acesso para pessoas e órgãos corporativos (33 apontamentos) e Designação de relacionamento (33 apontamentos). É importante destacar que dessas 6 regras 5 pertencem ao conjunto II – Regras para descrição.

Na aplicação da terceira etapa – entrevista com grupos focais – como resultado identificou-se que, das regras da RDA pesquisadas, Uso de maiúsculas, Indicação de responsabilidade de obras colaborativas e Elementos essenciais de descrição foram as regras apontadas para serem padronizadas na política de catalogação da Instituição. Todas essas regras citadas foram indicadas pelos bibliotecários para serem padronizadas na política de catalogação no questionário e nas entrevistas com os grupos focais.

A regra Indicação de edição foi considerada neste estudo sem necessidade de padronização na política de catalogação da instituição. Esse resultado ocorreu porque, para essa regra, tanto na segunda etapa como na terceira, as opiniões dos bibliotecários foram

unânicos no sentido de não precisar padronizá-la na política, indicando que a regra deve ser seguida conforme orientação da RDA.

E foram consideradas indefinidas as regras Indicação de responsabilidade, Extensão e as regras para categorização de recursos (Tipo de conteúdo; Tipo de suporte e Tipo de mídia). Essas regras foram consideradas indefinidas porque, apesar do resultado do questionário, elas foram indicadas para serem padronizadas na política de catalogação; nas entrevistas com os grupos focais não houve um consenso dos bibliotecários sobre a inclusão ou não delas na política de catalogação. A discordância ocorreu pelos seguintes fatores: não entendimento da regra, não aceitação, apego ao antigo código e resistência à regra da RDA. Tais fatores direcionaram para a necessidade de mais esclarecimentos sobre as regras da RDA.

Ao final, para atingir o objetivo geral, o estudo possibilitou a elaboração da proposta com as premissas normativas para construção da política de catalogação do SB/UFMG. O esboço foi baseado na literatura sobre política de catalogação, política de catalogação em RDA e nos resultados da análise global apresentados neste estudo.

5 Considerações finais

Constatou-se que, para implantar a RDA no processo de catalogação, é aconselhável que a instituição estabeleça a política de catalogação. Para elaborá-la, tanto as decisões adotadas como a escolha das regras da RDA que deverão ser padronizadas no documento devem ser estabelecidas conforme os objetivos da instituição e considerando-se os benefícios para os usuários.

De acordo com o estudo proposto, conclui-se que é necessário que a equipe responsável pela elaboração da política de catalogação tenha experiência na prática de catalogação, conhecimento da RDA e AACR e capacidade de visualização no catálogo sobre os benefícios alcançados pelos usuários com a nova norma. Dessa forma, recomenda-se que, antes de elaborar-se a política de catalogação, fazem-se estudos e treinamentos para a equipe sobre a RDA e AACR. Assim, espera-se que os treinamentos aumentem o conhecimento dos bibliotecários, reduza as suas incertezas e dúvidas, para que a equipe possa ter condições de tomar as decisões apropriadas na política de catalogação, de modo a favorecer a instituição e o usuário.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **RDA**: Resource Description and Access. Chicago, 2016. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 1 set. 2018.

EL-SHERBINI, Magda. **RDA**: strategies for implementation. Chicago: Ala Editions, 2013.

MCCUTCHEON, Sevim. Designing policy for copy cataloging in RDA. **Library Collections, Acquisitions, & Technical Services**, [United Kingdom], v. 36, n. 3-4, p. 69-78, 2012.

MERING, Margaret (ed.). **The RDA workbook**: learning the basics of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

PARENT, Melissa. Implementing RDA in a time of change: RDA and system migration at RMIT University. **Cataloging and Classification Quarterly**, [United Kingdom], v. 52, n. 6-7, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2014.889058>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TILLET, Barbara Barnett. RDA, or The Long Journey of the Catalog to the Digital Age. **Italian Journal of Library, Archives, and Information Science**, Itália, v. 7, n. 2, may 2016. DOI: 10.4403/jlis.it-11643. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/11643>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UNIVERSO RDA: conceitos, inovações e perspectivas. Apresentado por Fernando Modesto. Apresentado no evento V Encontro do Sistema de Bibliotecas da UFMG Biblioteca e Inovação & II Ciclo de Formação de Editores 11 a 13 de setembro de 2018. UFMG: 2018. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nEBIB96ubZw&t=8684s>. Acesso em: 13 set. 2018.

Questão de gênero: considerações sobre a inclusão de gênero em registros de autoridade

Questioning gender: an examination of the inclusion of gender in authority records

Luiza Wainer

Bibliotecária de metadados, Universidade de Princeton. Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade de Washington. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1111310055503183>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4690-9108>

E-mail: lwainer@princeton.edu

Resumo

Com a implementação do Functional Requirements for Authority Data (FRAD) através do Resource Description and Access (RDA), o registro de autoridade passa a fazer uso de uma série de atributos para descrever entidades. No caso de registros de autoridades para nomes pessoais, um dos atributos é gênero. O motivo de sua inclusão no FRAD é incerto, e seu uso no RDA aparece sob a guisa de desambiguação. O uso sistemático deste atributo reforça o discurso regulatório dominante que postula que gênero é uma característica natural, inata e binária de uma pessoa. Através de uma perspectiva queer e pós-estruturalista, demonstra-se que a atribuição de gênero nos registros de autoridade é um problema pois tenta fixar o infixável, algo que é inerentemente complexo, mutável e fluido.

Palavras-chave: Gênero. Registro de autoridade. RDA.

Abstract

The implementation of the Functional Requirements for Authority Data (FRAD) in Resource Description and Access (RDA) brought in the use of attributes to describe entities in authority records, including the use of gender when describing personal names. It is unclear why FRAD decided to include gender as an attribute, and its use in RDA appears under the guise of disambiguation. The systematic use of this attribute reinforces the regulatory discourse that states that gender is an intrinsic, natural, and binary characteristic of a person. From a queer and post-structuralist perspective, the use of gender in authority records is shown to be a problem since it tries to fix an essentially unfixable characteristic.

Keywords: Gender. Authority record. RDA.

1 Introdução

Na catalogação, o controle de autoridades garante a uniformidade e a consistência de uso de pontos de acesso, permitindo a uma pessoa buscar e recuperar todos recursos informacionais associados a uma determinada entidade (GORMAN, 2004). O trabalho de

autoridade¹ corretamente associa uma obra a entidade responsável quando mais de uma entidade possuem o mesmo nome (desambiguação) e reúne todas as obras de uma mesma entidade se ela utiliza nomes diferentes. De forma a garantir a consistência das entradas no catálogo bibliográfico, o trabalho de autoridade prevê a criação de registros de autoridade para documentar a forma autorizada do nome de uma entidade para seu uso sistemático (TAYLOR, 1984).

Em 2009, o Grupo de Trabalho *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) da *International Federation of Library Associations* (IFLA) determinou que registros de autoridades devem apoiar as atividades de usuários de busca, identificação, contextualização e justificação (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009). O subsequente desenvolvimento dos *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e sua aplicação através do *Resource Description and Access* (RDA) expandiu o escopo dos registros de autoridade, incluindo novos atributos para uma descrição mais “robusta” e “dinâmica” (RDA..., 2019). Houve uma transição de descrever *nomes* para descrever *entidades*.

A princípio, uma descrição detalhada de uma entidade é um benefício, algo que ajuda na sua identificação e contextualização. Todavia, existem alguns potenciais problemas na inclusão de um atributo específico para pessoas: *gênero*.

2 Objetivo

Essa pesquisa tem como objetivo problematizar o uso do elemento de descrição gênero no RDA. Como objetivos específicos, pretendo delinear conceitualmente o significado de gênero; e traçar, na medida do possível, a genealogia deste atributo dentro do RDA através de uma análise das obras que serviram de fundamento para sua estruturação como tentativa de entender o porquê da escolha de sua inclusão no RDA.

3 Metodologia

De caráter descritivo e exploratório, esta pesquisa se propôs a proporcionar uma perspectiva *queer* sobre temáticas de identidade de gênero dentro controle de autoridades. A

¹ Para mais informações referente à distinção entre controle de autoridade e trabalho de autoridade, ver: ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/18843>. Acesso em: 20 jan. 2019

pesquisa bibliográfica foi fundamental para o embasamento teórico no qual o trabalho é apoiado.

Busquei fazer uso de uma linguagem neutra. A preferência foi de palavras que não designam gênero, como pessoa. Nas instâncias em que isso não foi possível, utilizei um “x” no lugar do masculino genérico, por exemplo, “usuárixs”.

Quanto à linguagem técnica, adotei a terminologia do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) (IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1998). Para fins de esclarecimentos, define-se aqui que, segundo o FRBR, *entidade* é 1. o produto do trabalho intelectual ou artístico; 2. as pessoas, famílias, entidades coletivas, etc. responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, sua produção ou sua disseminação; e 3. os assuntos tratados pelo trabalho intelectual ou artístico. Cada entidade está associada a um conjunto de características, chamados de *atributos* ou *elementos*.

4 (Des)construindo gênero

Ao propor gênero como um elemento de descrição para pessoas, o RDA evidencia um entendimento de que gênero é uma característica inerente de cada pessoa, facilmente identificável e representável. Até 2016, o RDA limitava os valores utilizados para caracterizar gênero em “Feminino”, “Masculino” ou “Desconhecido”. Embora a versão em inglês não defina mais um vocabulário controlado, este controle terminológico ainda está presente na versão em espanhol (GENDER, 2010), utilizada em bibliotecas brasileiras (VOTTO, 2018).

O entendimento do RDA reproduz uma lógica dominante de que gênero é um aspecto inato do ser humano, imutável, a-histórico e binário (LOURO, 2004). Embora gênero seja vivenciado dessa forma por muitas pessoas, pesquisadores dentro do pós-estruturalismo e do pensamento *queer* argumentam que gênero é uma categoria complexa, social-, política- e historicamente construída (LOBNER, 1994).

De acordo com Butler (apud SALIH, 2002), gênero se manifesta através da repetição de atos performativos regidos por um discurso regulatório dominante. Este discurso parte do determinismo biológico que postula uma conexão linear e implícita entre *sexo* e *gênero*, e garante uma cultura em que as identidades são construídas e reproduzidas iterativamente de acordo com este modelo essencialista e dicotômico.

Digo dicotômico não só pela dualidade masculino/feminino ou homem/mulher, mas também pela divisão que coloca que sexo é uma característica natural (sexo = natureza) e gênero é uma característica cultural (gênero = cultura). A própria ideia de sexo ser algo

natural e pré-discursivo à cultura é, de fato, uma construção cultural, uma maneira de assegurar a manutenção deste discurso regulatório que dita a binariedade do gênero (SALIH, 2002). Não existe nenhuma relação necessária entre um corpo e um gênero.

Dessa forma, gênero não é algo que *temos* ou *somos*, mas algo que constantemente negociamos dentro de um contexto cultural e que realizamos em ação performática continuada. Gênero não é um substantivo, mas um *verbo*, um constante fazer. Para parafrasear Simone de Beauvoir, não se nasce mulher, *performa-se* mulher.

Gênero, portanto, é uma característica multifacetada (e não binária), socialmente produzida (e não a-histórica), e continuamente negociada (e não inata). Fixar o gênero de alguém, como pede o RDA, demanda que as pessoas realizando a catalogação neguem essa complexidade. Praticamente, isso significa a repressão e o silenciamento de identidades de gênero não-normativas.

5 RDA e gênero

O RDA foi construído com base nos modelos conceituais FRBR, para dados bibliográficos, e FRAD, para dados de autoridade. Uma análise das fontes citadas pelo FRAD (IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS, 2009) para a elaboração da lista de atributos para pessoas mostra que três das cinco referências – FRBR (IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1998), *Guidelines for Authority Records and References* (GARR) (IFLA WORKING GROUP ON GARE REVISION, 2001) e *Mandatory Data Elements for Internationally Shared Resources Records* (MLAR) (TILLET et al, [1998]) – não fazem menção alguma de gênero. A norma arquivística *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families* (ISAR(CPF)) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2004) possui o elemento *História*, um campo de texto livre para descrição narrativa dos principais eventos da vida, atividades, realizações etc. da entidade descrita, que pode incluir (mas não necessariamente inclui) informações sobre gênero. Gênero só aparece no Manual UNIMARC para Autoridades (UNIMARC..., 2001), que possui um elemento de descrição codificado com opções para “Masculino”, “Feminino”, “Pessoa trans”², “Desconhecido” e “Não Aplicável”.

O UNIMARC para Autoridades é um formato de codificação criado por, para e com base no GARR. Visto que o GARR não faz uso deste elemento de descrição, não consegui

² “Transgender”, no original em inglês. Optei por traduzir como “Pessoa trans” como uma tentativa de desgenitalizar a terminologia referente às identidades não-normativas.

identificar através da literatura existente os motivos que levaram à inclusão deste atributo no UNIMARC.

Com a elaboração do novo modelo conceitual para bibliotecas Library Reference Model (LRM) (RIVA; LA BOUEF; ZUMMER) em 2017, gênero deixa de ser um dos atributos para a descrição de pessoas, embora ele persiste no 3R (*RDA Toolkit Restructure and Redesign*), a versão atualizada e reestruturada do RDA lançado em versão Beta em 2018 (RDA...).

Gênero, em suma, é um elemento de descrição que surge sem motivos claros através da codificação do UNIMARC, é modelado no FRAD e refletido no RDA.

Não foram identificados os motivos elencados pelo FRANAR para incorporar gênero no FRAD visto que só uma das fontes citadas o utiliza como elemento de descrição. Tampouco foram identificados os motivos de sua persistência no 3R depois da adequação do RDA ao LRM.

Dunrise (2018), escrevendo de uma posição pessoal e não como chefe do comitê responsável pela manutenção do RDA, o *RDA Steering Committee* (RSC), diz que o propósito da descrição de gênero é o mesmo que de qualquer outro atributo para pessoas: desambiguação. Este argumento, ao meu ver, não se susta.

Para distinguir dois *nomes*, duas entradas principais, o RDA faz uso da forma completa do nome, da profissão, ou das datas, títulos, ou outras designações associadas à pessoa (LIBRARY OF CONGRESS. COOPERATIVE AND INSTRUCTIONAL PROGRAMS DIVISION, 2012). Gênero não é um atributo que pode ser utilizado para a desambiguação de *nomes* (GENDER, 2010). Extrapola-se a partir disso que o RDA prioriza os atributos supracitados para a identificação de pessoas. Gênero, por si só, não é suficiente para se “alcançar um uso funcional” (DUNRISE, 2018, p. 14). Informações sobre gênero acabam sendo registradas no caso improvável de que exista mais de uma pessoa com o mesmo nome, mesma data de nascimento, mesmo título honorífico, mesma profissão, etc. (THOMPSON, 2016).

6 Considerações finais

Gênero é um atributo de descrição para pessoas em registros de autoridade sem uma origem aparente e sem uma função aparente. O RDA interpreta a inclusão deste atributo em registros de autoridades de uma forma análoga à paginação ou à edição em um registro bibliográfico: uma descrição objetiva da realidade cuja inclusão serve, em tese, para distinguir duas entidades de outra forma indistinguíveis. Na prática, o próprio RDA não endossa gênero como um elemento suficiente para realizar a desambiguação e a identificação entre duas entidades.

O uso do elemento gênero apenas reforça o discurso regulatório dominante de que gênero é uma característica inerente ao ser humano, pois tenta fixar algo que é essencialmente infixável. O registro sistemático de gênero corrobora a ótica deste discurso e silencia, marginaliza e reprime identidades não-normativas.

Thompson (2016) e Dunrise (2018) ainda argumentam que outras categorias social - e culturalmente construídas, como raça ou etnia, não são utilizadas no RDA em registros de autoridade por uma série de motivos, tal qual dificuldade de se estabelecer e de manter estas informações, ou a particularidade cultural em que elas são criadas. Ambos argumentam que há uma necessidade em tratar gênero da mesma forma.

Pessoas que realizam a catalogação possuem formas específicas de poder já que determinam o acesso e o controle da informação. Estas pessoas moldam as ideias que transformam o conhecimento, uma vez que o organizam em uma estrutura particular (OLSON, 1999). Registrar gênero em registros de autoridade, portanto, reforça e garante a manutenção do discurso normativo que ativamente exclui qualquer identidade que não se encaixa em seu modelo.

Visto que gênero é um elemento opcional dentro do RDA, é necessário um olhar crítico na interpretação e aplicação do RDA na elaboração de registros de autoridade.

Referências

BILLEY, Amber; DRABINSKI, Emily; ROBERTO, K.R. What's gender got to do with it?: a critique of RDA rule 9.7. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York, v. 52, n. 4, p. 412-421, 2014.

DUNRISE, Gordon. Ethical issues in catalogue content standards. **Catalogue and Index**, London, n. 191, p. 11-15, jun. 2018.

FRANK, Paul. **RDA name authorities: what's new and different from AACR2**. [Chicago?]: ALCTS, 2012. Apresentação de Power Point. Disponível em: <http://www.ala.org/alcts/confevents/upcoming/webinar/cat/101712>. Acesso em 1 mar. 2019.

GENDER. In: **RDA: Resource Description and Access**. [S. l.: s.n.], ca. 2010. Disponível em: <https://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York: [s.n.] v. 38, n. 3-4, p. 11-22, 2004.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München: K.G. Saur Verlag, 1998.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS (FRANAR). **Functional requirements for authority data**: a conceptual model. München: K.G. Saur Verlag, 2009.

IFLA WORKING GROUP ON GARE REVISION (ed.). **Guidelines for authority records and references**. 2. ed. München: K.G. Saur, 2001.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES = CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **ISAAR (CPF)**: International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. 2. ed. Paris: ICA, 2004.

LIBRARY OF CONGRESS. COOPERATIVE AND INSTRUCTIONAL PROGRAMS DIVISION. **LC Training for RDA**: Resource Description & Access. Module 5: Authorities I, Part 5: Identifying Persons. [United States], 2012. Apresentação de Power Point. Disponível em: <https://www.loc.gov/catworkshop/RDA%20training%20materials/LC%20RDA%20Training/LC%20RDA%20course%20table.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LOBNER, Judith. **Paradoxes of gender**. New Haven: Yale University Press, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLSON, Hope. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelean legacy. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

RDA toolkit beta site is here. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/betarelease>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RIVA, Pat; LE BOEUF, Patrick; ZUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model**: a conceptual model for bibliographic information. Netherlands: IFLA, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. London: Routledge, 2002.

TAYLOR, Arlene G. Authority files in online catalogs. **Cataloging and Classification Quarterly**, Nova York, v. 4, n. 3, p. 1-17, 1984.

TILLET, Barbara Barnett *et al.* **Mandatory data elements for internationally shared resource authority records**. [S. l.]: IFLA, [1998]. Disponível em: <https://archive.ifla.org/ubcim/p1996-2/mlar.htm>. Acesso em 20 jan. 2019.

THOMPSON, Kelly J. More than a name: a content analysis of name **authority records for authors who self-identify as trans**. **Library Resources & Technical Services**, [s. l.], v. 60, n. 3, p. 140-155, july. 2016. Disponível em:
<https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6036/7732>. Acesso: 20 jan. 2019.

UNIMARC manual: authorities format. 2. ed. Munchen: Saur, 2001.

VOTTO, Marcelo. Re: **Material RDA pela BNMM**. Destinatário: Grupo de Estudos em Catalogação. [S. l.], 28 ago. 2018. E-mail.

RDA en las aulas: una experiencia docente

RDA in the classroom: a teaching experience

Filiberto Felipe Martínez Arellano

Doctor en Educación Superior y Bibliotecología por la Universidad Estatal de Nueva York en Búfalo, E. U. Investigador del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la información (UNAM). Profesor del Posgrado y de la Licenciatura en Bibliotecología y Estudios de la Información (UNAM). Especialista en las áreas de organización de la información, catalogación, metadatos, formatos de codificación, acceso abierto y repositorios. Miembro del Comité del Programa del evento anual “International Conference on Dublin Core and Metadata Applications”.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4358-8257>

E-mail: felipe@unam.mx

María Patricia de la Rosa Valgañón

Maestra en Gestión de la Información por la Universidad de la Habana. Licenciada en Bibliotecología por la UNAM, cuenta con los diplomados de: Formación Docente en Educación Humanística; Edición de libros; y uso de las TIC aplicadas a la educación. Subdirectora Técnica de la Dirección General de Bibliotecas, fue Jefa del Departamento de Procesos Técnicos, Académica en el Departamento de Publicaciones, y en el Departamento de Procesos Técnicos de la misma institución. Ha impartido diversos cursos en diferentes Estados de la República Mexicana y Profesora de Asignatura en el Colegio de Bibliotecología de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM desde 1989. Actualmente Miembro del Grupo RDA México.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5354-4974>

E-mail: pattyrov@unam.mx

María de los Ángeles Espino Rivera

Maestra en Bibliotecología y Estudios de la Información por la UNAM y Licenciada en Bibliotecología de la misma institución. Se desempeña actualmente como jefa de Departamento de Catalogación de la Hemeroteca Nacional de México. Ha impartido diversos cursos de Internet y paquetería de Microsoft Office para bibliotecas públicas y uso del sistema ALEPH en bibliotecas. Ejerce la docencia como profesora de asignatura en el Colegio de Bibliotecología, en las materias de Catalogación de documentos no impresos y Clasificación Dewey, ha participado en la actualización de programas de estudio, así como de revisión de trabajos recepcionales del Colegio de Bibliotecología de la UNAM. Actualmente Miembro Grupo RDA México.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6871-5051>

E-mail: angelese@unam.mx

Resumo

La introducción en RDA promueve un cambio de enfoque en la catalogación a partir del entendimiento de los modelos conceptuales de entidad-relación (FRBR, FRAD, Data y FRSAD) que exige una comprensión de elementos abstractos y de interacción que permitan una representación de las entidades y atributos enlazados, así como un manejo diferenciado de su contenido físico e intelectual. En este contexto, el docente se ve obligado a implementar una nueva propuesta metodológica, y aplicar

una concepción holística de la enseñanza de la catalogación, tiene como principal reto introducir a las nuevas generaciones a un mundo distinto en la descripción de los recursos documentales; debe promover un rompimiento de las ideas preconcebidas sobre el libro, la biblioteca, las necesidades de los usuarios, los registros, y la información en sí misma, debido a la necesidad de granularidad y conexión de los datos enmarcados en el ambiente digital.

Palabras-chave: RDA; Docencia; Web semántica; Modelos conceptuales.

Abstract

The introduction of the RDA promotes a change of approach in the cataloging based on the understanding of the conceptual models of entity-relationship (FRBR, FRAD, Data and FRSAD) which requires an understanding of abstract elements and interaction that allow a representation of the linked entities and attributes, as well as a differentiated management of their physical and intellectual content. In this context, the teacher is forced to implement a new methodological proposal, and apply a holistic conception of teaching cataloging, He has as its main challenge to introduce new generations to a different world in the description of documentary resources; it should promote a breaking of the preconceived ideas about; book, library, needs of the users, registers, and the information itself, due to the need for granularity and connection of the data framed in the digital environment.

Keywords: RDA; Teaching; Semantic Web; Conceptual models.

1 Introducción

Desde la perspectiva de la educación, la enseñanza de las RDA (Recursos, Descripción y Acceso) plantea, como primer aspecto, un cambio pedagógico, ya que en un análisis histórico y sociocultural, el entorno formativo de los pioneros de la catalogación se desarrolló dentro de un marco educativo conductual, el aprendizaje de la catalogación se sustentaba en las prácticas memorísticas y de repetición; como era la evocación numérica de las reglas para su aplicación concreta a un recurso de información, de las áreas de descripción ISBD, y símbolos que las separan; las ahora RDA son consideradas pautas o instrucciones encaminadas a cubrir las necesidades informativas de los usuarios, su aprendizaje requieren de una comprensión de su estructura y contenido conceptual, por tanto, debe incorporarse una estrategia didáctica para el aprendizaje significativo y el pensamiento crítico que permita un reemplazo paulatino de la RCA2.

Otro aspecto es el normativo, hasta hace poco las reglas utilizadas muestran una arquitectura y lógica bibliográfica que presentan elementos concretos de la descripción física e intelectual, tradicionalmente, la catalogación se enfocaban hacia los aspectos descriptivos de las entidades existentes en el universo de la información, pero en la actualidad dentro de este universo todas las entidades se encuentran relacionadas por lo que es necesario un cambio de paradigma que permita la valoración no solo de los aspectos descriptivos, sino también el establecimiento de relaciones entre las entidades. Las RDA al no ser consideradas reglas dan mayor margen de interpretación y adaptación a los requerimientos actuales de información

como es el uso de metadatos simplificados y web semántica. RDA cuenta con una extensa normatividad para describir las principales características o atributos de los diferentes tipos de entidades existentes en el universo de información, un elemento que se ha utilizado durante mucho tiempo y se continuará manejando en el futuro. Sin embargo, en este nuevo estándar de catalogación se puede percibir un mayor énfasis en el establecimiento y registro en el catálogo y otras herramientas de recuperación de la información de las posibles relaciones existentes en el universo actual de los recursos de información, por lo que es importante que los alumnos reconozcan esta nueva forma de orden de los elementos descriptivos.

Un tercer aspecto, es el tecnológico, el cual hace posible la articulación de las bases de datos e interoperabilidad con esquemas de metadatos para cumplir con las tareas de los usuarios de encontrar, identificar, seleccionar y navegar. Sin este recurso es imposible concretar las teorías de relación-entidad y cumplir las expectativas de recuperación, almacenamiento y visualización de la información. El futuro de los sistemas integrales de gestión bibliotecaria deberá permitir el uso de interfaces más amigables y comprensibles a los usuarios, con elementos más eficaces en el manejo de información y datos enlazados. Y los docentes deberán estar capacitados para enfrentarse al ambiente tecnológico e incorporar a la enseñanza lo que los nuevos catálogos requieren para cubrir más ampliamente el universo de información.

La enseñanza no puede estar al margen tanto de las incidencias de las tecnologías en la comunicación como de la sociedad que se está configurando por la presencia de éstas...Las nuevas tecnologías aportan a las cuestiones relacionadas con la enseñanza suficiente número de posibilidades y de tal grado de significación que obligan a buscar nuevos caminos didácticos acordes con las nuevas posibilidades, pero también obliga a una reflexión previa sobre su oportunidad y pertinencia. (Almenara Cabrero, 2007 p.22).

En este nuevo contexto, en general el docente debe enfrentar tres tipos de cambios, el del método de enseñanza, adecuando los contenidos y recursos didácticos a partir de la premisa de favorecer el trabajo de construcción conceptual que implica la comprensión de la funcionalidad de los nuevos registros en un catálogo global; el rompimiento de prácticas tradicionales del uso de la normatividad que exigen el abandono de estructuras meramente descriptivas y que permitan el tránsito hacia la aplicación de las RDA y de modelos para intercambio de información relacionada; y el del uso efectivo de las tecnologías de la comunicación e información para la implementación de nuevas formas de recuperación de metadatos en un ambiente de web semántica, así como el análisis y reconocimiento de interfaces que faciliten la representación de los modelos de entidad-relación.

El objetivo primario del trabajo es mostrar un panorama conceptual que sustente las prácticas empleadas en las aulas a partir del modelo educativo y de la incorporación de nuevas

asignaturas relacionadas con RDA, así como de la actualización de contenidos en las materias de catalogación existentes en el plan de estudios. Por otro lado, es presentar acciones concretas sobre la metodología didáctica empleada para la enseñanza de la catalogación en un escenario normativo eminentemente híbrido. Esto mediante la aplicación de estrategias de enseñanza constructivista las cuales corresponden con el modelo educativo del Plan vigente en el Colegio de Bibliotecología de la UNAM, en el que se plantea alcanzar una enseñanza equilibrada en sus aspectos teóricos y prácticos; educar sobre la comprensión más que por memorización, mediante la aplicación de esquemas y recursos gráficos que esquematicen en especial los aspectos teóricos; desarrollar entornos reales sobre el uso y aplicación de los estándares y normas, conocer y retomar los conocimientos previos de los alumnos, en general fomentar el desarrollo de conocimientos, habilidades, y competencias conforme a las necesidades del campo laboral en la actualidad.

2 Consideraciones finales

La enseñanza de la catalogación como muchas áreas del conocimiento a traviesa por diversos cambios, la mayoría impulsados por nuevas tecnologías, los docentes que imparten materias relacionadas con la organización bibliográfica han tenido que transformar su visión educativa, ya que por una parte tienen un compromiso profesional que los motiva a cumplir con el sistema educativo, y en este sentido, apegarse a un plan de estudio, y por otro lado, el proporcionar a los alumnos las herramientas teóricas, prácticas, metodológicas y tecnológicas que exige el campo laboral en la actualidad. Estos dos compromisos tienen sus implicaciones educativas, sociales y culturales. La última modificación del Plan de Estudios de Licenciatura en Bibliotecología y Estudios de la Información de la UNAM 2013, planteó una enseñanza que diera soluciones a los problemas sociales vinculados al comportamiento, el manejo, la organización, y el uso de la información. Y para ello, propuso el uso de una pedagogía constructivista lo que promueve una educación más dinámica para un aprendizaje significativo, esencialmente ante este panorama el docente de la catalogación requiere de equilibrar los aspectos teóricos y prácticos, y de implementar estrategias de enseñanza en ambiente híbrido tanto normativamente como tecnológicamente.

Referências

ALMENARA CABERO, Julio (ed.) **Nuevas tecnologías aplicadas a la educación**. España: McGRAW-HILL, 2007. Disponible en: <https://uogestiondelaprendizaje.files.wordpress.com/2015/03/5-libro-nuevas-tecnolog3adas-aplicadas-a-la-educac3b3n-julio-cabero.pdf>. Acceso en: 15 de enero. 2018.

CHEN, Peter. The entity-relationship model: toward a unified view of data. **ACM Transactions on Database Systems**, Massachusetts, v. 1, n. 1, p. 9-36, marzo 1976. Disponible en: <http://bit.csc.lsu.edu/~chen/pdf/erd-5-pages.pdf> Acceso en: 29 de enero. 2018.

COLL, César *et al.* **El constructivismo en el aula**. 13. ed. Barcelona: Graó. 2002.

MARTÍNEZ ARELLANO, Filiberto Felipe. Perspectivas sobre las relaciones en el catálogo a través de la aplicación del estándar RDA (Resource Description and Access). **Anuario del Colegio de Bibliotecología**. [S. L.], 2019.

MARTÍNEZ ARELLANO, Filiberto Felipe. Retos de la catalogación y los catálogos. **Investigación bibliotecológica**, [s. l.] v. 26 n. 58, p. 7-12 sept./dic. 2012. ISSN 2448-8321 versión en línea. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2012000300001 Acceso en: 27 de enero. 2018.

OJEDA, Ramón. **Una aproximación al constructivismo: la producción del conocimiento**. Disponible en: www.tuobra.unam.mx. Acceso en: 20 de enero. 2018.

RISTUCCIA, Cristina; GAMBA, Viviana. De AACR2 a RDA: contenidos y recursos para la enseñanza de la catalogación descriptiva en tiempos de transición. En: ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES: TENDENCIAS EN LA ORGANIZACIÓN Y TRATAMIENTO DE LA INFORMACIÓN, 4., 2014, [Argentina]. **Anais [...]**. [Argentina]: Biblioteca Nacional, 2014. Disponible en: <https://www.bn.gov.ar/bibliotecarios/encuentros-jornadas-seminarios/catalogacion/iv-encuentro-nacional-de-catalogadores-tendencias-en-la-organizacion-y-tratamiento-de-la-informacion>. Acceso en: 1 de febrero. 2018.

TILLET, Barbara. **¿Qué es FRBR?: un modelo conceptual del universo bibliográfico**. Washington: IFLA, 2004. Disponible en: <http://www.loc.gov/catdir/cpsd/Que-es-FRBR.pdf> Acceso en: 29 de enero. 2018.

Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição

RDA authority records in the Federal University of Juiz de Fora: the control of personal authorities of the institution's faculty

Fabiola Rubim Silva

Bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3470862820521303>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-7819>

E-mail: fabiola.rubim@ufjf.edu.br

Uiara Gonçalves Soares

Bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo Programa de Pós-Graduação Profissional do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9876337860271355>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8660-7599>

E-mail: uiara.soares@ufjf.edu.br

Resumo

O artigo retrata um estudo de caso sobre a implementação do novo modelo de catalogação, o Resource Description and Access (RDA) nos registros de autoridade pessoal no catálogo de autoridades da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Apresenta informações sobre a UFJF, seu sistema de bibliotecas gerenciado pelo Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) e o desenvolvimento do catálogo de autoridades. Mostra as decisões tomadas pelo setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central diante da implementação do RDA, a definição dos campos MARC21 do formato autoridades para utilização, o tipo de autoridade que inicialmente contará com o novo modelo de descrição e a amostra inicial. Ao final do trabalho são apresentadas as dificuldades em relação à falta de recursos humanos e de capacitação especializada e as perspectivas futuras do uso do RDA na UFJF.

Palavras-chave: Catalogação. Controle de autoridade. RDA.

Abstract

This article presents a case study about the implementation of the new cataloging model, Resource Description and Access (RDA), in the personal authority records in the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). It presents information about UFJF, its library system which is managed by the Center for Knowledge Dissemination (CDC) and the development of the authority catalog. It shows the decisions made by the Technical Processing sector of the Central Library regarding the implementation of the RDA, the definition of the MARC21 fields for personal authority that should be used and the sample of

the type of authority that should start with the new data insertion model. At the end of the paper, we present the difficulties related to the lack of human resources and specialized training and the future perspectives of the use of the RDA in the UFJF.

Keywords: Cataloguing. Authority control. RDA.

1 Introdução

A Universidade de Juiz de Fora (UFJF) foi criada em 23 de dezembro de 1960 com a fusão de estabelecimentos de ensino superior de Juiz de Fora, por um ato do então presidente Juscelino Kubitschek. Seu campus universitário foi construído em 1969 onde permanece até os dias atuais (UFJF, 2017).

O Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) é um órgão suplementar na administração da UFJF, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, responsável pelo gerenciamento das 18 bibliotecas da instituição – uma biblioteca central e 17 bibliotecas setoriais. A estrutura organizacional do CDC é composta por uma coordenação geral e três gerências gerais: Gerência de Acervo, Gerência de Atendimento e Gerência de Referência e Comunicação. A Gerência de Acervo é a responsável pelas decisões referentes ao processamento técnico dos materiais informacionais (catalogação, classificação e indexação).

Recentemente foi realizada a aquisição do *software* Pergamum para o gerenciamento do acervo em substituição a um sistema próprio da UFJF, o SIGA. Desta forma, as bibliotecas da UFJF passaram a contar com um sistema em MARC21 efetivamente, o que possibilitou aprimorar os processos de catalogação e controle de autoridades.

A migração que ocorreu do SIGA para o Pergamum revelou uma grande quantidade de dados bibliográficos e de autoridade em multiplicidade. A falta de consistência nos pontos de acesso levou à centralização da criação de novos dados de autoridade, que passou a ser realizada pela equipe de processamento técnico na Biblioteca Central. Esse novo procedimento de criação dos pontos de acesso de representação descritiva e temática para os dados de autoridade da UFJF desencadeou a proposta de considerar a adoção de elementos do *Resource Description and Access* (RDA) para esses dados, pois a criação de registros de autoridade mais completos facilitará a transição para os futuros esquemas de estruturação de dados totalmente em RDA.

Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar um estudo de caso sobre a implementação do RDA nos registros de autoridade dos docentes da UFJF no catálogo das bibliotecas da UFJF.

2 Catalogação e controle de autoridades na UFJF

Às 18 bibliotecas do CDC contam com um acervo de 183.683 títulos e 376.775 exemplares. A catalogação do acervo é feita de forma descentralizada pelas bibliotecas da UFJF. Atualmente os únicos materiais catalogados de forma centralizada na Biblioteca Central são a produção intelectual da própria UFJF, as teses e dissertações. A descentralização da catalogação e o uso até 2017 do software de gerenciamento SIGA trouxeram como consequência a multiplicidade nos registros bibliográficos e de autoridade. Uma característica do SIGA que agravou as inconsistências nos dados de autoridade é que o modo de inserção desses dados era através de campos de texto com escrita livre, ou seja, não era possível um controle dos pontos de acesso de autor e assunto.

A catalogação e a indexação dos itens que compõem o acervo das bibliotecas geram um catálogo de pontos de acesso de autor e assunto, que são a forma pela qual a biblioteca comunica à comunidade o conteúdo do seu acervo. Entende-se por controle de autoridades os procedimentos técnicos desempenhados que visam gerar consistência e precisão a esses pontos de acesso.

Apenas dessa forma é possível a concretização do objetivo das bibliotecas de comunicar a sua comunidade de usuários o conteúdo do seu acervo com precisão e eficiência. O valor do controle de autoridades é ressaltado por Assumpção e Santos (2013, p. 12):

O controle de autoridade possibilita a existência de uma ferramenta para o acesso à informação (o catálogo) em que o usuário consiga navegar e encontrar um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade sem a necessidade de ele conhecer todos os nomes pelos quais tal entidade é conhecida.

A partir da migração do SIGA para o Pergamum no segundo semestre de 2017 foi constatada a necessidade de revisão do processo de inserção dos dados de autoridade para que o problema da inconsistência e excesso de registros para uma mesma autoridade não permanecesse. Conforme mencionado, a solução adotada foi a centralização do processo de criação de registros de autoridade na Biblioteca Central. Mediante a necessidade de inserção de novos registros de autoridade pelas bibliotecas setoriais, estas devem solicitar a criação pela Central. Desta forma, as novas autoridades criadas seguem um modelo padronizado. Paralelamente, o controle de autoridades de forma retrospectiva também foi iniciado.

Ao iniciar o processo de controle de autoridades percebeu-se que a ausência da padronização dos registros por tanto tempo gerou muita dispersão e imprecisão também na produção intelectual da UFJF, conforme demonstra a Figura 1. Por isso, houve a definição de que a prioridade seria verificar, unificar e padronizar os registros do corpo docente da UFJF e também fazê-los de forma mais completa possível.

Figura 1 – Autoridade de docente da UFJF com múltiplos registros

| Pesquisa autoridades | | | | | |
|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----|----|--|
| Nome autoridade: | Curi, A | | | | |
| Tipo da pesquisa: | Qualquer posição no texto | | | | |
| Código: | | | | | |
| | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | 8661 | \$a Arcuri, Alice Goncalves | 100 | 9 | |
| <input type="checkbox"/> | 8662 | \$a Arcuri, Arthur, | 100 | 1 | |
| <input type="checkbox"/> | 8663 | \$a Arcuri, Arthur, \$x Biografia | 100 | 1 | |
| <input type="checkbox"/> | 42585 | \$a Curi, Abdala Daniel | 100 | 3 | |
| <input type="checkbox"/> | 42587 | \$a Curi, Abdalla Caniel | 100 | 1 | |
| <input type="checkbox"/> | 42588 | \$a Curi, Abdalla Daniel | 100 | 43 | |
| <input type="checkbox"/> | 42586 | \$a Curi, Abdalla Daniel | 100 | 1 | |
| <input type="checkbox"/> | 42589 | \$a Curi, Albdalla Daniel | 100 | 10 | |
| <input type="checkbox"/> | 42590 | \$a Curi, Alcides Beretta | 100 | 2 | |

Fonte: Os autores, 2019.

3 Registros de autoridades pessoais em RDA

No processo de criação e correção do catálogo de autoridade considerou-se a viabilidade da utilização do RDA, que surge como um novo modelo de representação descritiva. O RDA estabelece uma ampliação para descrição de múltiplos recursos informacionais, sendo voltado para a promoção do acesso e descoberta dos recursos informacionais, proporcionada pelas relações que promove entre os registros. Esse novo padrão tende a futuramente substituir o AACR2. O RDA é “baseado numa estrutura teórica projetada para o ambiente digital e privilegia as necessidades dos usuários e potencializa o catálogo para ser fonte de informação e não apenas o espelho do que está no acervo” (TEIXEIRA, 2013, p. 4).

Os principais benefícios da implementação do RDA nas autoridades que motivaram a iniciativa na UFJF são a possibilidade de uma descrição mais completa nos dados de autoridade, com informações que possam servir para descrever e localizar com precisão as instituições relacionadas aos docentes, suas áreas de atuação e a distinção dos locais de trabalho entre os campi existentes. Além da ampliação dos registros de relacionamento entre as autoridades preconizados pelo RDA, o que beneficia a navegação e a descoberta de recursos informacionais pelos usuários.

Como todos os registros de autoridade estão sendo criados e corrigidos pareceu adequado utilizar os meios mais atuais disponíveis para fazê-lo e, ainda, evitando o retrabalho futuramente. Assim, para implementar o uso do RDA, optou-se por iniciá-lo pelo catálogo de

autoridade. Foram recortadas as autoridades de docentes da UFJF para iniciarmos o trabalho. Optamos pelos docentes ligados ao curso de Farmácia para começar a inserir os campos MARC21 disponíveis em consonância com o RDA.

Os campos definidos a serem utilizados nos registros de autoridade são:

Quadro 1 – Campos MARC21 adotados

| Campo | Descrição | Subcampo | Descrição subcampo |
|--------------|-----------------------------|-----------------|--|
| 040 | Fonte catalogadora (NR) | e | Fontes convencionais de descrição de dados (R) |
| 370 | Locais associados (R) | g | Local de origem do trabalho (R) |
| 372 | Campo de atividade (R) | a | Campo de atividade (R) |
| 373 | Instituições associadas (R) | a | Instituição (R) |
| 374 | Profissão (R) | a | Profissão (R) |
| 375 | Gênero (R) | a | Sexo (R) |
| 377 | Idiomas associados (R) | a | Código idioma (R) |
| 378 | Forma completa do nome (NR) | q | Forma completa do nome (NR) |

Fonte: Os autores, 2019.

Foram utilizados alguns catálogos de autoridades de bibliotecas que aplicam o RDA nas autoridades pessoais para auxiliar na definição dos campos como: a Library of Congress (LC), a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foram consultados os parâmetros para autoridade dos campos disponíveis no próprio sistema Pergamum, uma vez que nem todos os campos MARC21 que poderíamos utilizar RDA estão disponíveis para uso, por exemplo o campo 046, 336 e 368.

Para a inserção das informações nos campos foram utilizados como fontes de dados: o próprio sistema Pergamum; a Plataforma Lattes; as teses, as dissertações ou as obras produzidas ou orientadas pelos docentes e se necessário contato direto com o docente.

Podemos observar na Figura 2 um exemplo de uma autoridade construída com os campos MARC21 pré-definidos no quadro 1. No campo 370 (locais associados) escolheu-se o subcampo \$g (local de origem do trabalho), pois é a informação mais relevante para esse tipo de autoridade dentre os outros subcampos disponíveis. Definiu-se que o campo 372 contaria com todas as áreas de formação acadêmica do docente, independente da área de atuação na instituição. Para o campo 373 (instituições associadas) optou-se por incluir todas as instituições da formação acadêmica e de trabalho disponíveis no Lattes. E para o campo 374 (profissão) padronizamos a expressão 'Docente UFJF' para maior precisão na recuperação.

Figura 2 – Registro de autoridade de docente da UFJF

| 0 | n # n |
|-----|--|
| 0 | 1 |
| 5 | 201902280802.5 |
| 8 | 170718nn acnnaabn aba #d |
| 40 | \$a BR-JfUFB \$b por \$c BR-JfUFB \$e rda |
| 100 | 1 \$a Yamamoto, Celia Hitomi |
| 370 | \$g Juiz de Fora |
| 372 | \$a Farmácia |
| 372 | \$a Bioquímica |
| 373 | \$a Universidade Federal de Juiz de Fora |
| 373 | \$a Universidade de São Paulo |
| 374 | \$a Docente UFJF |
| 375 | \$a Feminino |
| 377 | \$a por |
| 378 | \$q Celia Hitomi Yamamoto |
| 400 | 1 \$a Yamamoto, C.H. |
| 400 | 1 \$a Yamamoto, Celia |
| 400 | 1 \$a Yamamoto, Celia Hytomi |
| 670 | \$a Lattes (online) 21/01/2019 \$b (rems. ; nota) |
| 678 | \$a Graduação em Farmácia e Bioquímica pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Fármaco e Medicamentos, área de Produção e Controle Farmacêuticos pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. \$u http://lattes.cnpq.br/3124846349452823 |
| 930 | \$a 0000000002161932 \$b Feb 28 2019 8:02AM |

Fonte: Os autores, 2019.

4 Conclusões e perspectivas futuras

Concluimos que as dificuldades encontradas na implementação do RDA no catálogo de autoridade da UFJF estão relacionadas à falta de recursos humanos especializados, ao software Pergamum e suas limitações, à falta de cursos de capacitação voltados para o RDA e à carência de discussões e ambientes para troca de experiência com bibliotecas que façam o uso do RDA nos seus catálogos.

As perspectivas futuras são a continuidade da implementação, visando atingir maior quantidade possível de registros de autoridade em RDA; e que os softwares de gerenciamento de acervos brasileiros ampliem a aderência ao RDA para que todos os benefícios de relacionamento entre os registros sejam usufruídos para descoberta de recursos informacionais pelos usuários e também que implementem relatórios que permitam usar os benefícios dos novos dados inseridos nas autoridades.

Referências

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18843/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

TEIXEIRA, Marcelo Votto. O RDA no controle de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.abinia.org/catalogadores/53-196-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

Universidade Federal de Juiz de Fora. **Portal UFJF**. Juiz de Fora, [ca. 2017]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia>. Acesso em: 23 jan. 2019.

